

# ECONOMIA POLÍTICA

DOS

**SISTEMAS-MUNDO:**

paradigma em análise



ADELICIO MACHADO  
DOS SANTOS



2026

**Adelcio Machado dos Santos**

# **ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO**

**paradigma em análise**

1ª EDIÇÃO



**SÃO LUÍS - 2026**



**EDITORA NOVUS**

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

### **Diagramação e Edição**

Eduardo Mendonça Pinheiro

### **Edição de Arte**

Eduardo Mendonça Pinheiro

### **Conteudista**

Adelcio Machado dos Santos © 2026

### **Normalização**

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**S237e**

Santos, Adelcio Machado dos

Economia política dos sistemas-mundo: paradigma em análise. – São Luís:  
Editora Novus, 2026.

89 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-41-7

DOI: 10.29327/5869696

1. Economia Política. 2. Teoria dos Sistemas-Mundo. 3. Capitalismo global.  
4. Globalização. 5. Desigualdades internacionais. I. Título.

CDU: 330.8

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

## CONSELHO EDITORIAL

Dr<sup>a</sup> Anali Linhares Lima  
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes  
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia  
Dr<sup>a</sup> Anna Christina Sanazario de Oliveira  
Dr<sup>a</sup> Aurea Maria Barbosa de Sousa  
Dr<sup>a</sup> Camila Pinheiro Nobre  
Dr. Claudio Alves Benassi  
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua  
Dr<sup>a</sup> Claudiene Diniz da Silva  
Dr. Diogo Guagliardo Neves  
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira  
Dr<sup>a</sup> Elba Pereira Chaves  
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior  
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro  
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda  
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan  
Dr. George Alberto da Silva Dias  
Dr<sup>a</sup> Gerbeli de Mattos Salgado Mochel  
Dr<sup>a</sup> Giselle Cutrim de Oliveira Santos  
Dr<sup>a</sup> Herlane de Olinda Vieira Barros  
Dr<sup>a</sup> Ivete Furtado Ribeiro Caldas  
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro  
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub  
Dr. Leonardo França da Silva  
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda  
Dr<sup>a</sup> Luciara Bilhalva Corrêa  
Dr<sup>a</sup> Luana Martins Cantanhede  
Dr<sup>a</sup> Maria Raimunda Chagas Silva  
Dr<sup>a</sup> Marina Bezerra Figueiredo  
M.Sc. Mayanne Camara Serra  
Dr<sup>a</sup> Michela Costa Batista  
Dr. Moisés dos Santos Rocha  
Dr<sup>a</sup> Priscila Xavier de Araújo  
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita  
Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Silva de Oliveira  
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha  
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes  
Dr<sup>a</sup> Samantha Ariadne Alves de Freitas  
Dr<sup>a</sup> Sandra Imaculada Moreira Neto  
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho  
Dr<sup>a</sup> Sinara de Fátima Freire dos Santos  
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar  
Dr<sup>a</sup> Thais Roseli Corrêa  
Dr<sup>a</sup> Thalita Karolline de Queiroz Pereira  
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira  
Dr. Wellinton de Assunção  
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse [www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/](http://www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/) para conhecer os membros do Corpo Editorial

### **Parecer editorial e avaliação por pares**

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

**Nota editorial:** Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado a  
Vera Maria Filho

“Antes dessa data, os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si” (DUSSEL, 2005, p. 27).

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

# BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é sociólogo (MT/SC 202).e economista (CORECON/SC 3840).

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento e Administração. Mestre em Relações Internacionais. Bacharel e Licenciado em Administração. Bacharel em Ciências Econômicas.

Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Gestão Urbana, Filosofia da Psicanálise, Constitucionalismo, Saúde Coletiva e Desenvolvimento Rural. Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE), Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

Registrado nas seguinte organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, CRECI, OMB, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 111 livros, 165 capítulos de livros e 470 artigos científicos.

# RESUMO

O presente estudo analisa a Economia Política dos Sistemas-Mundo como um paradigma teórico fundamental para a compreensão das dinâmicas históricas e estruturais do capitalismo em escala global. A pesquisa parte da concepção de que o capitalismo deve ser compreendido como um sistema histórico mundial caracterizado por relações desiguais de poder, acumulação de capital e divisão internacional do trabalho. O objetivo central consistiu em analisar criticamente os fundamentos da Teoria dos Sistemas-Mundo, suas principais categorias analíticas, contribuições e limitações para a interpretação do capitalismo contemporâneo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em obras clássicas e estudos contemporâneos da Economia Política, da teoria da dependência, do marxismo e dos estudos sistêmicos, com destaque para as contribuições de Immanuel Wallerstein. Os resultados evidenciam que o paradigma dos sistemas-mundo possibilita uma interpretação abrangente das relações econômicas globais ao articular dimensões históricas, políticas e econômicas, permitindo compreender fenômenos como globalização, reestruturação produtiva, desigualdade internacional e mudanças hegemônicas. Entretanto, também foram identificados limites relacionados ao seu caráter estruturalista, especialmente no que se refere à compreensão da agência dos sujeitos sociais e das dimensões culturais. Conclui-se que, apesar das críticas, a abordagem dos sistemas-mundo permanece relevante para a análise das transformações, contradições e desafios do capitalismo no século XXI.

**Palavras-chave:** Economia Política; Sistemas-Mundo; Capitalismo contemporâneo; Globalização; Reestruturação produtiva; Desigualdade internacional.

# ABSTRACT

This study analyzes the Political Economy of World-Systems as a fundamental theoretical paradigm for understanding the historical and structural dynamics of capitalism on a global scale. The research is based on the conception that capitalism must be understood as a historical world-system characterized by unequal relations of power, capital accumulation, and international division of labor. The main objective was to critically analyze the foundations of World-Systems Theory, its main analytical categories, contributions, and limitations for interpreting contemporary capitalism. Methodologically, this is a qualitative and bibliographical study grounded in classical works and contemporary studies in Political Economy, dependency theory, Marxism, and world-system studies, with particular emphasis on the contributions of Immanuel Wallerstein. The results demonstrate that the world-systems paradigm provides a comprehensive interpretation of global economic relations by articulating historical, political, and economic dimensions, enabling the understanding of phenomena such as globalization, productive restructuring, international inequality, and hegemonic changes. However, limitations related to its structuralist orientation were also identified, especially regarding the understanding of social agency and cultural dimensions. It is concluded that, despite criticisms, the world-systems approach remains relevant for analyzing the transformations, contradictions, and challenges of capitalism in the twenty-first century.

**Keywords:** Political Economy; World-Systems; Contemporary Capitalism; Globalization; Productive Restructuring; International Inequality.

# SUMÁRIO

|                                                                                                                            |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                     | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 .....</b>                                                                                                    | <b>15</b> |
| <b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA POLÍTICA</b>                                                                           |           |
| ORIGENS HISTÓRICAS DA ECONOMIA POLÍTICA.....                                                                               | 16        |
| ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: CONTRIBUIÇÕES FUNDAMENTAIS.....                                                                | 20        |
| GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO ...                                                             | 25        |
| ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E NOVAS ABORDAGENS ANALÍTICAS ...                                                          | 28        |
| <b>CAPÍTULO 2.....</b>                                                                                                     | <b>33</b> |
| <b>A FORMAÇÃO DO PARADIGMA DOS SISTEMAS-MUNDO</b>                                                                          |           |
| CONTEXTO HISTÓRICO E INTELECTUAL DE SURGIMENTO.....                                                                        | 36        |
| INFLUÊNCIAS TEÓRICAS DO PARADIGMA.....                                                                                     | 39        |
| O LEGADO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....                                                                                     | 42        |
| O ESTRUTURALISMO HISTÓRICO E A LONGA DURAÇÃO.....                                                                          | 47        |
| <b>CAPÍTULO 3.....</b>                                                                                                     | <b>50</b> |
| <b>IMMANUEL WALLERSTEIN E A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO</b>                                                    |           |
| TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE IMMANUEL WALLERSTEIN.....                                                                        | 51        |
| CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO.....                                                                   | 59        |
| ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: CENTRO, SEMIPERIFERIA E PERIFERIA.....                                                         | 61        |
| CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA CAPITALISTA: HEGEMONIA E MUDANÇA SISTÊMICA.....                                                | 64        |
| <b>CAPÍTULO 4 .....</b>                                                                                                    | <b>69</b> |
| <b>ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO: PRINCIPAIS CATEGORIAS ANALÍTICAS E PARADIGMÁTICAS</b>                             |           |
| ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM ESCALA GLOBAL .....                                                                               | 70        |
| RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E DOMINAÇÃO, ESTADO, SOBERANIA E SISTEMA INTERESTATAL.....                                         | 73        |
| O PARADIGMA DOS SISTEMAS-MUNDO E A COMPREENSÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E GLOBALIZAÇÃO ..... | 75        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                           | <b>79</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                   | <b>82</b> |



# INTRODUÇÃO



A compreensão das transformações econômicas, políticas e sociais que caracterizam o mundo contemporâneo constitui um dos maiores desafios das ciências sociais. A crescente integração dos mercados, a intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias e informações, bem como a ampliação das desigualdades entre países e regiões, têm estimulado o desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas voltadas à interpretação da dinâmica do capitalismo em escala global. Nesse contexto, a Economia Política apresenta-se como um campo fundamental para a análise das relações entre produção, poder e distribuição de riquezas, oferecendo instrumentos teóricos capazes de explicar os mecanismos que sustentam as estruturas econômicas e políticas das sociedades modernas.

Historicamente, a Economia Política surgiu como um esforço intelectual voltado para compreender os processos de geração e distribuição da riqueza, tendo sido desenvolvida inicialmente por autores clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Posteriormente, recebeu importantes contribuições da crítica marxista, que passou a enfatizar as relações de exploração, a acumulação de capital e os conflitos inerentes ao modo de produção capitalista. Ao longo do século XX, as transformações econômicas decorrentes da expansão dos mercados internacionais, da consolidação do sistema financeiro global e da crescente interdependência entre os Estados nacionais ampliaram a necessidade de abordagens capazes de analisar fenômenos que ultrapassavam as fronteiras nacionais.

Foi nesse cenário que emergiram teorias preocupadas em compreender o capitalismo como um sistema histórico global. Entre essas abordagens, destaca-se a Teoria dos Sistemas-Mundo, formulada principalmente pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein. Desenvolvida a partir da década de 1970, essa perspectiva teórica propõe uma interpretação inovadora da realidade social ao considerar que os processos econômicos, políticos e culturais não podem ser analisados de maneira isolada em cada país, mas devem ser compreendidos a partir das relações estruturais que integram diferentes regiões do planeta em uma única economia-mundo capitalista.

A Teoria dos Sistemas-Mundo surge em um contexto de questionamento às teorias tradicionais do desenvolvimento econômico. Durante grande parte do século XX, predominou a ideia de que as nações percorriam etapas semelhantes de crescimento econômico, podendo alcançar níveis elevados de desenvolvimento mediante a adoção de determinadas políticas e instituições. Contudo, as persistentes desigualdades entre países centrais e periféricos demonstraram as limitações dessas interpretações. Em resposta a tais insuficiências, autores vinculados à teoria da dependência e ao estruturalismo latino-americano passaram a enfatizar a existência de relações assimétricas entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, destacando os mecanismos de transferência de riqueza e subordinação econômica.

Inspirando-se nesses debates, Wallerstein propôs uma análise que desloca o foco das unidades nacionais para o sistema global. Segundo essa perspectiva, o capitalismo deve ser entendido como um sistema histórico caracterizado pela divisão internacional do trabalho, pela busca contínua da acumulação de capital e pela formação de uma estrutura hierárquica composta por regiões centrais, semiperiféricas e periféricas. Essa organização permite compreender como determinadas áreas concentram riqueza, tecnologia e poder político, enquanto outras permanecem subordinadas a funções produtivas menos rentáveis e mais

vulneráveis às oscilações do mercado mundial.

Um dos principais méritos da abordagem dos sistemas-mundo consiste na sua capacidade de articular diferentes dimensões da realidade social. Ao integrar elementos econômicos, políticos, históricos e geográficos, essa perspectiva oferece uma interpretação abrangente das dinâmicas do capitalismo global. Além disso, sua ênfase na longa duração histórica permite compreender como processos iniciados há séculos continuam influenciando as estruturas contemporâneas de poder e desenvolvimento. Dessa forma, a teoria contribui para a análise de fenômenos como globalização, imperialismo, dependência econômica, desigualdade internacional, crises sistêmicas e mudanças hegemônicas.

A relevância dessa abordagem torna-se ainda mais evidente diante das transformações ocorridas nas últimas décadas. A intensificação da globalização econômica, a ascensão de novas potências econômicas, as crises financeiras internacionais, o aprofundamento das desigualdades sociais e os desafios ambientais globais têm provocado debates sobre os limites e as possibilidades do capitalismo contemporâneo. Nesse cenário, a Teoria dos Sistemas-Mundo continua sendo utilizada por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para interpretar as mudanças estruturais que afetam a economia mundial e as relações internacionais.

Apesar de sua ampla influência acadêmica, a abordagem dos sistemas-mundo também tem sido alvo de diversas críticas. Alguns autores questionam seu elevado grau de determinismo estrutural, argumentando que a teoria tende a subestimar a capacidade de ação dos indivíduos, movimentos sociais e instituições políticas. Outros apontam limitações relacionadas à excessiva centralidade atribuída aos fatores econômicos na explicação dos processos históricos, em detrimento de aspectos culturais, ideológicos e identitários. Além disso, estudiosos vinculados às perspectivas pós-coloniais e decoloniais argumentam que a teoria, embora reconheça as desigualdades globais, nem sempre atribui a devida atenção às especificidades das experiências históricas dos povos colonizados.

Esses debates demonstram que a Teoria dos Sistemas-Mundo permanece como um campo fértil de investigação científica. Sua importância não reside apenas em suas contribuições explicativas, mas também na capacidade de estimular reflexões críticas sobre a natureza do capitalismo e suas consequências para as sociedades contemporâneas. Ao analisar tanto os avanços quanto as limitações desse paradigma, torna-se possível compreender de forma mais abrangente os desafios teóricos e empíricos envolvidos na interpretação das transformações globais.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca responder ao seguinte problema: em que medida a Teoria dos Sistemas-Mundo constitui um paradigma eficaz para a compreensão das dinâmicas econômicas, políticas e sociais do capitalismo contemporâneo? A formulação dessa questão decorre da necessidade de avaliar criticamente os fundamentos teóricos da abordagem proposta por Wallerstein, bem como sua capacidade de explicar os fenômenos que caracterizam a atual configuração da economia mundial.

Como hipótese central, considera-se que a Teoria dos Sistemas-Mundo representa um dos mais influentes paradigmas da Economia Política contemporânea, oferecendo instrumentos analíticos relevantes para a compreensão das desigualdades internacionais, das relações de dependência e das transforma-

ções do capitalismo global. Entretanto, sua aplicação requer constante atualização teórica e diálogo com outras perspectivas, de modo a superar limitações relacionadas ao determinismo estrutural e à insuficiente consideração de fatores culturais, políticos e identitários.

A realização deste estudo justifica-se tanto por sua relevância acadêmica quanto por sua importância social. Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui para o aprofundamento dos debates acerca das teorias explicativas da ordem econômica internacional, oferecendo uma análise sistematizada de um dos paradigmas mais influentes das ciências sociais contemporâneas. Sob a perspectiva social, a investigação permite compreender fenômenos que afetam diretamente a vida das populações em diferentes partes do mundo, tais como desigualdade, desenvolvimento econômico, dependência, exclusão social e concentração de poder.

Logo, o objetivo geral desta monografia consiste em analisar criticamente a Economia Política dos Sistemas-Mundo enquanto paradigma interpretativo das relações econômicas e políticas globais. Para alcançar esse propósito, estabelecem-se como objetivos específicos: compreender os fundamentos teóricos da Economia Política que influenciaram o surgimento da abordagem dos sistemas-mundo; examinar o contexto histórico e intelectual de sua formulação; analisar os principais conceitos desenvolvidos por Immanuel Wallerstein; identificar as contribuições do paradigma para a compreensão do capitalismo contemporâneo; e discutir as principais críticas e limitações apresentadas por diferentes correntes teóricas.

No seu aspecto metodológico, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica. Serão analisadas obras clássicas e contemporâneas relacionadas à Economia Política, à teoria da dependência e à Teoria dos Sistemas-Mundo, com destaque para os trabalhos de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Samir Amin, André Gunder Frank, Fernand Braudel e outros autores relevantes para a compreensão do tema. A análise buscará identificar os principais conceitos, pressupostos teóricos, contribuições e críticas associadas ao paradigma estudado.

Para atingir os objetivos propostos, a monografia está estruturada em capítulos que abordam os fundamentos da Economia Política, o processo de formação da abordagem dos sistemas-mundo, as contribuições teóricas de Wallerstein, as principais categorias analíticas do paradigma, suas potencialidades e limitações, bem como sua aplicabilidade à compreensão das transformações do capitalismo contemporâneo. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são sintetizados os resultados obtidos e discutidas as perspectivas futuras para os estudos sobre sistemas-mundo e Economia Política internacional.



## Capítulo 1

# FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA POLÍTICA



A compreensão da Economia Política exige o reconhecimento de seu papel histórico como campo de conhecimento dedicado à análise das relações entre produção, distribuição, circulação e consumo de riquezas nas sociedades humanas. Desde seu surgimento, essa área de estudos tem buscado explicar como os processos econômicos estão intrinsecamente relacionados às estruturas de poder, às instituições políticas e às transformações sociais. Mais do que investigar fenômenos estritamente econômicos, a Economia Política procura compreender as condições históricas que moldam os sistemas produtivos, os mecanismos de acumulação de riqueza e as desigualdades que caracterizam diferentes formações sociais. Nesse sentido, constitui uma base teórica indispensável para o entendimento das dinâmicas do capitalismo e das relações econômicas em escala nacional e internacional.

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise da Economia Política e que serviram de base para o desenvolvimento de abordagens contemporâneas, entre elas a Teoria dos Sistemas-Mundo. Inicialmente, serão examinadas as origens históricas da Economia Política, destacando-se o contexto de sua formação e as contribuições dos principais pensadores clássicos que buscaram compreender os processos de geração e distribuição da riqueza. Em seguida, serão abordadas as contribuições da Economia Política clássica, especialmente aquelas formuladas por autores como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, cujas reflexões influenciaram profundamente os debates econômicos posteriores.

Posteriormente, será discutida a crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx, cuja obra representou uma ruptura significativa em relação às interpretações clássicas ao enfatizar as relações de exploração, a luta de classes e os mecanismos de acumulação do capital. A partir dessa perspectiva crítica, serão analisadas também as contribuições das teorias do desenvolvimento e da dependência, que procuraram explicar as desigualdades existentes entre países centrais e periféricos no sistema capitalista mundial. Esses debates assumem particular relevância para esta pesquisa, uma vez que forneceram importantes elementos teóricos para a formulação da abordagem dos sistemas-mundo desenvolvida por Immanuel Wallerstein.

Por fim, o capítulo abordará as transformações associadas à globalização e à consolidação da Economia Política Internacional como campo de estudos voltado à compreensão das interações entre economia e poder em escala global. A análise desses temas permitirá identificar os principais referenciais teóricos que fundamentam a interpretação do capitalismo contemporâneo, evidenciando como diferentes correntes de pensamento contribuíram para a construção de uma visão sistêmica das relações econômicas mundiais. Dessa forma, este capítulo estabelece as bases conceituais necessárias para a compreensão dos capítulos subsequentes, nos quais serão examinados o surgimento, o desenvolvimento e as contribuições da Teoria dos Sistemas-Mundo para a análise da economia política global.

## ORIGENS HISTÓRICAS DA ECONOMIA POLÍTICA

A Economia Política constitui um dos mais importantes campos de investigação das ciências sociais, tendo se consolidado historicamente como uma área

dedicada à compreensão das relações entre riqueza, produção, distribuição, poder e organização social. Sua formação está diretamente associada às profundas transformações econômicas, políticas e culturais que marcaram a transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista entre os séculos XV e XVIII. Embora a sistematização da Economia Política tenha ocorrido durante a modernidade europeia, suas raízes intelectuais remontam à Antiguidade Clássica, período em que filósofos e pensadores já refletiam sobre questões relacionadas à administração dos recursos, à propriedade e à organização da vida econômica (Aquino, 2004; Malthus, 1996).

A origem etimológica da expressão “economia” deriva dos termos gregos *oikos* (casa) e *nomos* (administração ou regra), indicando inicialmente a administração dos bens domésticos. Em sua obra *Política*, Aristóteles estabeleceu uma distinção entre a economia, entendida como a gestão racional dos recursos necessários à vida, e a crematística, relacionada à acumulação ilimitada de riqueza. Para o filósofo grego, a busca excessiva pelo lucro poderia comprometer os princípios éticos que deveriam orientar a vida em comunidade (Aristóteles, 2006). Embora suas reflexões não constituam uma teoria econômica no sentido moderno, elas representam uma das primeiras tentativas sistemáticas de compreender as relações entre economia, moral e política.

Durante a Idade Média, as reflexões econômicas permaneceram fortemente vinculadas à filosofia moral e à teologia cristã. Os pensadores escolásticos buscavam conciliar as práticas econômicas com os princípios religiosos, enfatizando conceitos como justiça distributiva, preço justo e condenação da usura. Entre os principais representantes desse período destaca-se Tomás de Aquino, que procurou harmonizar o pensamento aristotélico com a doutrina cristã. Segundo Aquino, as atividades econômicas deveriam estar subordinadas ao bem comum e aos princípios éticos estabelecidos pela religião (Aquino, 2004). Nesse contexto, a economia ainda não era concebida como uma esfera autônoma da vida social, mas como parte integrante da ordem moral e religiosa.

A emergência da modernidade europeia promoveu transformações profundas nas estruturas econômicas e sociais, criando as condições para o surgimento da Economia Política como campo autônomo de conhecimento. A expansão marítima, o crescimento do comércio internacional, a formação dos Estados nacionais e o desenvolvimento das atividades mercantis contribuíram para o enfraquecimento das estruturas feudais e para o fortalecimento de novas formas de organização econômica. Nesse cenário, o mercantilismo constituiu uma das primeiras tentativas de formular princípios sistemáticos sobre a riqueza das nações e a intervenção do Estado na economia.

O mercantilismo não correspondeu a uma escola teórica homogênea, mas a um conjunto de práticas e ideias desenvolvidas entre os séculos XVI e XVIII. Seus defensores acreditavam que a riqueza de uma nação estava diretamente associada à acumulação de metais preciosos, especialmente ouro e prata. Dessa forma, defendiam políticas de proteção à produção nacional, incentivo às exportações e controle das importações, buscando assegurar uma balança comercial favorável (Heckscher, 1983). O fortalecimento do poder estatal era considerado essencial para a promoção da prosperidade econômica, estabelecendo uma estreita relação entre economia e política.

O desenvolvimento do mercantilismo refletia as necessidades dos Estados

nacionais em formação, que buscavam consolidar sua autoridade interna e ampliar sua influência no cenário internacional. Conforme observa Polanyi (2000), a economia desse período encontrava-se profundamente subordinada aos objetivos políticos dos governos, diferentemente do que ocorreria posteriormente com o liberalismo econômico. A riqueza era percebida como instrumento de poder nacional, e não como resultado de mecanismos autônomos de mercado.

A partir do século XVIII, as limitações do mercantilismo passaram a ser questionadas por novos grupos sociais ligados à expansão das atividades produtivas e comerciais. Nesse contexto, surgiu na França a escola fisiocrata, considerada por muitos autores como a primeira corrente sistemática da Economia Política moderna. Liderados por François Quesnay, os fisiocratas defendiam a existência de leis naturais que regulavam a economia e argumentavam que a riqueza era produzida fundamentalmente pela agricultura. Em oposição ao intervencionismo mercantilista, propunham uma ordem econômica baseada na liberdade de produção e circulação de bens (Quesnay, 1984).

A principal contribuição da fisiocracia consistiu na formulação de uma visão da economia como um sistema regido por leis próprias. O famoso *Tableau Économique*, elaborado por Quesnay em 1758, buscava demonstrar os fluxos de renda e produção entre os diferentes setores da sociedade, representando uma das primeiras tentativas de análise sistêmica da atividade econômica. Embora diversas premissas fisiocráticas tenham sido posteriormente superadas, sua influência foi decisiva para o desenvolvimento da Economia Política clássica.

O verdadeiro marco fundador da Economia Política moderna, entretanto, ocorreu com a publicação de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, em 1776. Considerado amplamente o pai da Economia Política clássica, Smith rompeu com diversas concepções mercantilistas ao defender que a riqueza das nações não derivava da acumulação de metais preciosos, mas da capacidade produtiva do trabalho humano. Para o autor, a divisão do trabalho constituía o principal fator responsável pelo aumento da produtividade e pelo crescimento econômico (Smith, 1996).

A análise smithiana estava fundamentada na ideia de que os indivíduos, ao perseguirem seus interesses particulares, contribuíam involuntariamente para o bem-estar coletivo por meio dos mecanismos de mercado. Essa concepção foi sintetizada na metáfora da “mão invisível”, segundo a qual a livre interação entre oferta e demanda seria capaz de promover a alocação eficiente dos recursos econômicos. Embora Smith (1996) reconhecesse importantes funções para o Estado, especialmente nas áreas de defesa, justiça e infraestrutura, sua obra estabeleceu os fundamentos do liberalismo econômico moderno.

As contribuições de Smith foram posteriormente aprofundadas por David Ricardo, que desempenhou papel fundamental na consolidação da Economia Política clássica. Em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicada em 1817, Ricardo desenvolveu a teoria do valor-trabalho e formulou a teoria das vantagens comparativas, que se tornaria uma das principais justificativas teóricas para o comércio internacional (Ricardo, 1982). Segundo essa teoria, os países poderiam obter ganhos mútuos por meio da especialização produtiva e da troca internacional, mesmo quando uma nação apresentasse vantagens absolutas em todos os setores econômicos.

Outro importante representante da Economia Política clássica foi Thomas

Robert Malthus, cuja análise sobre população e recursos naturais exerceu significativa influência nos debates econômicos do século XIX. Em seu *Ensaio sobre o Princípio da População*, Malthus argumentava que o crescimento populacional tendia a ocorrer em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumentaria apenas em progressão aritmética. Essa discrepância resultaria inevitavelmente em crises periódicas de escassez e pobreza (Malthus, 1996). Embora muitas de suas previsões tenham sido posteriormente contestadas, suas reflexões contribuíram para ampliar o campo de investigação econômica.

O avanço da industrialização e das transformações sociais associadas ao capitalismo estimulou o surgimento de novas perspectivas críticas em relação à Economia Política clássica. Nesse contexto, Karl Marx desenvolveu uma profunda crítica aos fundamentos teóricos do liberalismo econômico, inaugurando uma nova etapa na história do pensamento econômico. Em sua análise, Marx reconheceu a importância das contribuições dos economistas clássicos, mas argumentou que suas teorias não explicavam adequadamente as relações de exploração presentes no sistema capitalista (Marx, 2013).

A crítica marxista da Economia Política concentrou-se na investigação dos mecanismos de produção da mais-valia, conceito que expressa a apropriação privada do trabalho excedente produzido pelos trabalhadores. Para Marx, o capitalismo constitui um sistema historicamente determinado, caracterizado pela exploração da força de trabalho e pela busca incessante da acumulação de capital. Sua análise ampliou significativamente o escopo da Economia Política ao incorporar questões relacionadas às classes sociais, ao poder e aos conflitos estruturais da sociedade capitalista.

Ao longo do século XX, a Economia Política passou por um processo de diversificação teórica e metodológica. O surgimento de novas correntes de pensamento, como o institucionalismo, o keynesianismo, a teoria da dependência e a Economia Política Internacional, ampliou os horizontes analíticos do campo. As grandes crises econômicas, especialmente a Grande Depressão de 1929, demonstraram as limitações das abordagens que pressupunham o funcionamento automático dos mercados, estimulando o desenvolvimento de teorias que enfatizavam o papel das instituições e das políticas públicas na regulação da atividade econômica (Keynes, 1996).

Paralelamente, o processo de descolonização ocorrido após a Segunda Guerra Mundial trouxe novos desafios para a compreensão das desigualdades globais. Autores vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como Raúl Prebisch, passaram a questionar as explicações tradicionais sobre desenvolvimento econômico, argumentando que as relações entre países centrais e periféricos produziam padrões persistentes de dependência e subdesenvolvimento (Prebisch, 2000). Essas reflexões exerceram influência decisiva sobre a formação da Teoria da Dependência e, posteriormente, sobre a Teoria dos Sistemas-Mundo.

A partir das décadas finais do século XX, a intensificação da globalização econômica e financeira fortaleceu ainda mais a relevância da Economia Política como instrumento de análise das transformações mundiais. Polanyi (2000) argumenta sobre o crescimento das corporações transnacionais, a integração dos mercados financeiros, as crises econômicas globais e o aprofundamento das desigualdades internacionais passaram a exigir abordagens capazes de com-

preender fenômenos que transcendem os limites dos Estados nacionais. Nesse contexto, a Economia Política reafirmou sua vocação interdisciplinar, articulando contribuições da economia, da sociologia, da ciência política, da história e das relações internacionais.

Atualmente, a Economia Política constitui um campo de investigação essencial para a compreensão das dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Suas origens históricas revelam um percurso intelectual marcado por constantes debates acerca da natureza da riqueza, do papel do Estado, das relações de mercado e das estruturas de poder. Desde as reflexões filosóficas da Antiguidade até as modernas análises sobre globalização e sistemas-mundo, a evolução desse campo evidencia a complexidade dos processos econômicos e sua profunda conexão com as transformações sociais e políticas. Compreender essas origens torna-se fundamental para analisar criticamente os paradigmas contemporâneos da Economia Política, entre os quais se destaca a abordagem dos sistemas-mundo, objeto central desta pesquisa.

## **ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: CONTRIBUIÇÕES FUNDAMENTAIS**

A Economia Política Clássica constitui um dos mais importantes marcos na formação das ciências econômicas e sociais modernas. Desenvolvida entre os séculos XVIII e XIX, essa corrente de pensamento emergiu em um contexto marcado por profundas transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da expansão do comércio internacional, da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo como modo de produção predominante. Nesse período, diversos pensadores passaram a questionar as explicações mercantilistas então dominantes, buscando compreender os mecanismos que determinavam a geração de riqueza, a distribuição dos recursos e o funcionamento dos mercados. A partir dessas reflexões, consolidou-se um conjunto de teorias que estabeleceu as bases conceituais da análise econômica moderna e influenciou significativamente o desenvolvimento posterior da Economia Política, da sociologia econômica e das teorias críticas do capitalismo (Hunt; Lautzenheiser, 2013).

O surgimento da Economia Política Clássica esteve intimamente relacionado às mudanças estruturais ocorridas na Europa durante a transição do feudalismo para o capitalismo. O crescimento das cidades, a expansão do comércio marítimo, a formação dos Estados nacionais modernos e o fortalecimento da burguesia comercial e industrial criaram novas demandas por explicações acerca dos processos econômicos. Nesse contexto, a riqueza deixou de ser interpretada exclusivamente como resultado da acumulação de metais preciosos, conforme defendiam os mercantilistas, passando a ser associada à capacidade produtiva das sociedades e à organização do trabalho humano (Roll, 1977).

Entre os principais representantes da Economia Política Clássica destacam-se Adam Smith, David Ricardo, Thomas Robert Malthus e John Stuart Mill. Embora apresentassem diferenças significativas em diversos aspectos teóricos, esses autores compartilhavam a preocupação com a identificação das leis gerais que regulavam a produção, a circulação e a distribuição da riqueza. Além disso, buscavam compreender as condições necessárias para o crescimento econômico e para o funcionamento eficiente dos mercados em sociedades cada vez mais

complexas e interdependentes (Backhouse, 2002).

Adam Smith é amplamente reconhecido como o fundador da Economia Política Clássica. Sua obra *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776, representou uma ruptura decisiva com as concepções econômicas predominantes até então. Smith argumentava que a riqueza de uma nação não deveria ser medida pela quantidade de ouro ou prata acumulada pelo Estado, mas pela capacidade produtiva de sua economia e pelo volume de bens e serviços disponíveis para a população. Segundo o autor, a principal fonte de riqueza era o trabalho humano, cuja produtividade poderia ser ampliada por meio da divisão do trabalho e da especialização das atividades produtivas (Smith, 1996).

A análise smithiana da divisão do trabalho tornou-se uma das contribuições mais influentes da Economia Política Clássica. Smith observou que a especialização permitia aumentar significativamente a produtividade, reduzindo o tempo necessário para a realização das tarefas e promovendo o desenvolvimento de habilidades específicas pelos trabalhadores. O exemplo da fábrica de alfinetes, apresentado em sua obra, demonstrava como a fragmentação das atividades produtivas possibilitava um aumento expressivo da produção em comparação ao trabalho realizado individualmente. Essa interpretação contribuiu para explicar os ganhos de eficiência observados durante a Revolução Industrial e permanece relevante para a compreensão das formas contemporâneas de organização produtiva (Smith, 1996).

O autor defendia que os indivíduos, ao buscarem seus próprios interesses econômicos, contribuíam involuntariamente para o bem-estar coletivo por meio dos mecanismos de mercado. Essa dinâmica foi sintetizada na célebre metáfora da “mão invisível”, segundo a qual a livre interação entre oferta e demanda tenderia a promover uma alocação eficiente dos recursos disponíveis. Embora essa ideia tenha sido frequentemente simplificada em interpretações posteriores, ela expressava a confiança de Smith na capacidade dos mercados de coordenar atividades econômicas sem a necessidade de controle estatal excessivo (Smith, 1996).

Entretanto, interpretações contemporâneas do pensamento smithiano demonstram que sua defesa dos mercados não implicava a rejeição absoluta da intervenção estatal. Diversos estudos recentes destacam que Smith reconhecia funções importantes para o Estado, especialmente nas áreas de educação, infraestrutura, defesa e administração da justiça. Assim, sua obra apresenta uma visão mais complexa do que aquela frequentemente associada ao liberalismo econômico radical (Rasmussen, 2017).

A contribuição de David Ricardo ampliou significativamente os fundamentos analíticos da Economia Política Clássica. Em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicada em 1817, Ricardo aprofundou a análise das relações entre trabalho, valor, distribuição de renda e comércio internacional. Sua teoria do valor-trabalho buscava explicar os preços relativos das mercadorias a partir da quantidade de trabalho necessária para sua produção, constituindo um importante avanço em relação às formulações anteriores (Ricardo, 1982).

Uma das principais preocupações de Ricardo era compreender a distribuição da renda entre as diferentes classes sociais existentes na sociedade capitalista. Para o autor, a renda nacional era dividida entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras, sendo determinada por leis econômicas específicas. Essa análise permitiu identificar conflitos distributivos inerentes ao capitalismo, es-

pecialmente entre os lucros dos capitalistas e as rendas fundiárias apropriadas pelos proprietários de terras. Ao enfatizar essas tensões, Ricardo contribuiu para o desenvolvimento de abordagens posteriores voltadas à análise dos conflitos de classe e das desigualdades econômicas (Hunt; Lautzenheiser, 2013).

Ricardo também formulou uma das teorias mais influentes da história econômica: a teoria das vantagens comparativas. Segundo essa formulação, os países poderiam obter benefícios mútuos por meio do comércio internacional mesmo quando uma das nações fosse mais eficiente na produção de todos os bens. A especialização produtiva baseada nos custos relativos permitiria aumentar a eficiência econômica global e ampliar o volume de riquezas disponíveis para todas as partes envolvidas. Essa teoria continua sendo um dos fundamentos centrais das análises contemporâneas sobre comércio internacional e globalização econômica (Ricardo, 1982).

Apesar de sua importância, a teoria ricardiana das vantagens comparativas também tem sido alvo de críticas. Diversos autores argumentam que seus pressupostos simplificados não consideram adequadamente as assimetrias de poder existentes entre os países, as diferenças tecnológicas e os efeitos históricos da colonização e da dependência econômica. Essas críticas tornaram-se particularmente relevantes no contexto das teorias da dependência e dos sistemas-mundo, que questionam a ideia de que os benefícios do comércio internacional sejam distribuídos de forma equitativa entre as nações (Chang, 2004).

Outro importante representante da Economia Política Clássica foi Thomas Robert Malthus. Sua principal contribuição está relacionada aos estudos sobre população e desenvolvimento econômico. Em seu *Ensaio sobre o Princípio da População*, publicado originalmente em 1798, Malthus argumentava que a população tendia a crescer em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumentaria apenas em progressão aritmética. Como consequência, o crescimento populacional excessivo poderia gerar pobreza, fome e crises recorrentes (Malthus, 1996).

Embora muitas das previsões de Malthus não tenham se confirmado devido aos avanços tecnológicos e aos aumentos de produtividade agrícola observados nos séculos posteriores, suas reflexões exerceram profunda influência sobre os debates relacionados aos limites do crescimento econômico e à sustentabilidade dos recursos naturais. Questões contemporâneas envolvendo mudanças climáticas, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável frequentemente retomam, sob novas perspectivas, preocupações originalmente formuladas pelo autor (Meadows et al., 2007).

Além das discussões sobre população, Malthus destacou-se por suas divergências em relação a Ricardo acerca das causas das crises econômicas. Enquanto Ricardo enfatizava os mecanismos de produção e distribuição, Malthus argumentava que insuficiências de demanda poderiam provocar períodos de estagnação econômica. Essa percepção antecipou debates que seriam retomados posteriormente por autores como John Maynard Keynes e outros economistas preocupados com os ciclos econômicos e as crises de consumo (Skousen, 2001).

John Stuart Mill representa uma etapa de consolidação e síntese da tradição clássica. Sua obra procurou integrar as contribuições dos autores anteriores ao mesmo tempo em que incorporava preocupações sociais e institucionais mais amplas. Mill reconhecia a importância dos mecanismos de mercado para a gera-

ção de riqueza, mas também defendia reformas destinadas à redução das desigualdades sociais e à ampliação das oportunidades individuais. Sua abordagem contribuiu para aproximar a Economia Política das discussões éticas e políticas que posteriormente influenciariam diversos movimentos reformistas (Mill, 1996).

A obra de Mill também apresentou importantes reflexões sobre a distinção entre as leis da produção e as leis da distribuição. Segundo o autor, enquanto a produção estaria condicionada por fatores técnicos e naturais relativamente rígidos, a distribuição da riqueza dependeria de instituições sociais e escolhas políticas. Essa interpretação abriu espaço para debates posteriores acerca da intervenção estatal, das políticas redistributivas e do papel das instituições na organização econômica das sociedades (Mill, 1996). A relevância da Economia Política Clássica não se limita às contribuições específicas de seus principais representantes. Em conjunto, esses autores estabeleceram um conjunto de categorias analíticas que moldaram profundamente o desenvolvimento das ciências sociais modernas. Conceitos como trabalho, valor, mercado, capital, lucro, renda, acumulação e crescimento econômico passaram a constituir elementos centrais das investigações sobre a dinâmica das sociedades capitalistas. A partir dessas categorias, tornou-se possível compreender os processos econômicos não apenas como fenômenos técnicos, mas como expressões de relações sociais historicamente construídas (Heilbroner, 1996).

Um dos aspectos mais importantes da tradição clássica foi a busca por identificar regularidades e leis que governassem o funcionamento da economia. Influenciados pelo racionalismo iluminista e pelos avanços das ciências naturais, os economistas clássicos procuraram construir explicações sistemáticas para os fenômenos econômicos. Essa preocupação conferiu à Economia Política um caráter científico que contribuiu para sua consolidação como campo autônomo de conhecimento. Ao mesmo tempo, a tentativa de formular leis gerais do desenvolvimento econômico estimulou a elaboração de modelos teóricos que continuariam influenciando gerações posteriores de pesquisadores (Screpanti; Zamagni, 2005).

Outro legado fundamental da Economia Política Clássica encontra-se na centralidade atribuída ao trabalho como fonte de riqueza. Embora existam diferenças significativas entre as formulações de Smith, Ricardo e Marx, todos reconheciam que a atividade produtiva humana desempenhava papel decisivo na criação de valor econômico. Essa perspectiva contrastava com concepções anteriores que associavam a riqueza principalmente à posse de recursos naturais ou à acumulação de metais preciosos. A valorização do trabalho como elemento constitutivo da riqueza social representou uma transformação teórica de grande alcance, influenciando não apenas a economia, mas também a sociologia, a ciência política e a filosofia social (Hunt; Lautzenheiser, 2013).

A análise da acumulação de capital também constituiu uma contribuição duradoura da tradição clássica. Os economistas clássicos procuraram compreender os mecanismos que permitiam a expansão contínua da produção e o crescimento das economias capitalistas. Questões relacionadas ao investimento, à poupança, à produtividade e à distribuição dos excedentes econômicos tornaram-se temas centrais das investigações. Essas preocupações forneceram as bases para os estudos posteriores sobre desenvolvimento econômico, industrialização e crescimento de longo prazo (Blaug, 1997).

As contribuições da Economia Política Clássica exerceram influência decisiva sobre Karl Marx, cuja crítica da economia política representou simultaneamente uma continuidade e uma ruptura em relação aos autores clássicos. Marx apropriou-se de categorias como trabalho, valor e acumulação, mas reinterpretou-as a partir de uma perspectiva histórica e dialética voltada para a análise das contradições do capitalismo. A teoria da mais-valia, a concepção de luta de classes e a análise das crises econômicas podem ser compreendidas como desdobramentos críticos de questões originalmente formuladas pelos economistas clássicos (Marx, 2013).

A influência da tradição clássica estendeu-se igualmente às teorias do desenvolvimento elaboradas ao longo do século XX. Muitos dos debates sobre industrialização, crescimento econômico e modernização retomaram questões presentes nas obras de Smith, Ricardo e Mill. Ao mesmo tempo, autores vinculados ao estruturalismo latino-americano e à teoria da dependência passaram a questionar algumas das premissas clássicas relacionadas ao comércio internacional e aos benefícios da integração econômica global. Essas críticas contribuíram para a formulação de interpretações mais complexas acerca das desigualdades entre países centrais e periféricos (Prebisch, 2000).

No âmbito da Economia Política Internacional, diversos conceitos desenvolvidos pelos economistas clássicos continuam desempenhando papel relevante. As discussões sobre especialização produtiva, comércio internacional, competitividade e crescimento econômico frequentemente recorrem a categorias formuladas originalmente durante os séculos XVIII e XIX. Ainda que muitas dessas ideias tenham sido reformuladas ou contestadas por correntes posteriores, sua presença nos debates contemporâneos evidencia a permanência de sua influência intelectual (Gilpin, 2001).

A partir da segunda metade do século XX, novas interpretações da Economia Política Clássica passaram a enfatizar suas dimensões históricas e sociais. Em oposição às leituras que reduziam os autores clássicos a formuladores de modelos abstratos de mercado, diversos estudiosos destacaram que suas obras buscavam compreender processos amplos de transformação social associados à emergência do capitalismo moderno. Essa reinterpretação permitiu recuperar aspectos frequentemente negligenciados da tradição clássica, incluindo suas preocupações com moralidade, instituições, desigualdade e mudança histórica (Polanyi, 2000).

Nesse sentido, merece destaque a contribuição de Karl Polanyi para a compreensão crítica da herança clássica. Em sua análise sobre a formação da sociedade de mercado, Polanyi argumenta que a expansão dos mecanismos mercantis não constitui um processo natural, mas o resultado de transformações políticas e institucionais específicas. Essa interpretação contribui para relativizar algumas leituras excessivamente economicistas da tradição clássica, evidenciando a importância das estruturas sociais e políticas na configuração dos mercados (Polanyi, 2000).

Os estudos contemporâneos sobre capitalismo global também têm recuperado elementos da Economia Política Clássica para analisar fenômenos relacionados à financeirização, à globalização produtiva e às transformações do trabalho. Pesquisadores como David Harvey destacam que muitos dos processos observados atualmente, incluindo a expansão dos mercados internacionais e a

busca permanente por novas oportunidades de acumulação, apresentam continuidade histórica com dinâmicas já identificadas pelos economistas clássicos. Embora os contextos tenham se transformado significativamente, diversas categorias analíticas desenvolvidas por esses autores permanecem úteis para a interpretação das mudanças econômicas contemporâneas (Harvey, 2018).

Além disso, a crescente preocupação com as desigualdades econômicas globais tem renovado o interesse pelas análises clássicas da distribuição da renda. Estudos recentes demonstram que a concentração de riqueza e renda voltou a atingir níveis historicamente elevados em diversas regiões do mundo, tornando particularmente relevantes as reflexões desenvolvidas por Ricardo, Mill e Marx acerca dos conflitos distributivos inerentes às economias capitalistas (Piketty, 2014). Essas discussões revelam que muitos dos problemas identificados pelos economistas clássicos continuam presentes, ainda que sob novas formas institucionais e tecnológicas.

Para a presente pesquisa, a análise da Economia Política Clássica possui importância especial por fornecer os fundamentos conceituais que influenciaram o surgimento da Teoria dos Sistemas-Mundo. Diversas categorias centrais dessa abordagem, como acumulação de capital, divisão internacional do trabalho, desenvolvimento desigual e expansão dos mercados, possuem raízes intelectuais que remontam às formulações clássicas. Embora autores como Immanuel Wallerstein tenham desenvolvido interpretações inovadoras e críticas dessas categorias, sua compreensão exige o reconhecimento das contribuições teóricas produzidas pelos economistas dos séculos XVIII e XIX.

A abordagem dos sistemas-mundo incorpora elementos clássicos ao analisar o capitalismo como um sistema histórico global caracterizado pela busca incessante da acumulação de capital. Ao mesmo tempo, amplia significativamente o escopo dessas análises ao deslocar o foco das economias nacionais para as relações estruturais que conectam diferentes regiões do planeta. Dessa forma, o estudo da tradição clássica constitui uma etapa indispensável para compreender os desenvolvimentos teóricos posteriores que culminaram na formulação das perspectivas sistêmicas sobre a economia mundial (Wallerstein, 2004).

## **GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

A globalização constitui um dos fenômenos mais significativos para a compreensão das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas. Embora os processos de integração entre diferentes regiões do mundo possam ser identificados desde a expansão comercial europeia iniciada no século XV, a globalização contemporânea caracteriza-se por um grau sem precedentes de interconectividade entre mercados, Estados, empresas e sociedades. Esse fenômeno está profundamente relacionado às transformações estruturais do capitalismo, especialmente após a segunda metade do século XX, quando avanços tecnológicos, liberalização econômica e expansão dos fluxos financeiros internacionais redefiniram as formas de produção, circulação e acumulação de capital em escala global.

A globalização não deve ser compreendida apenas como um processo econômico. Trata-se de uma transformação multidimensional que afeta simultaneamente as estruturas produtivas, os sistemas políticos, as instituições sociais e os padrões culturais. Segundo Giddens (1991), a globalização corresponde à intensificação das relações sociais em escala mundial, conectando localidades distantes de modo que acontecimentos ocorridos em uma região podem influenciar diretamente outras partes do planeta. Essa interpretação destaca o caráter sistêmico do fenômeno e sua capacidade de remodelar as dinâmicas de poder e organização social.

No âmbito econômico, a globalização está associada à crescente integração dos mercados nacionais em um sistema mundial de produção e circulação de mercadorias. A partir da década de 1970, o capitalismo passou por profundas transformações decorrentes da crise do modelo fordista de acumulação. O sistema baseado na produção em massa, na expansão do consumo interno e na forte intervenção estatal começou a apresentar sinais de esgotamento diante da redução das taxas de lucro, da intensificação da concorrência internacional e das crises energéticas que marcaram o período (Harvey, 1992).

David Harvey (1992) argumenta que a resposta do capital a essa crise ocorreu por meio da adoção de um novo regime de acumulação, denominado acumulação flexível. Esse modelo caracteriza-se pela flexibilização dos processos produtivos, pela descentralização das atividades industriais, pela incorporação intensiva de tecnologias de informação e pela reorganização das relações de trabalho. A produção passou a ser distribuída globalmente, aproveitando vantagens competitivas oferecidas por diferentes regiões, especialmente aquelas caracterizadas por baixos custos de mão de obra e menor regulação estatal.

Nesse contexto, as empresas transnacionais assumiram papel central na organização da economia mundial. A capacidade dessas corporações de coordenar atividades produtivas em múltiplos países permitiu a formação das chamadas cadeias globais de valor. Segundo Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), essas cadeias representam redes complexas de produção e distribuição nas quais diferentes etapas produtivas são realizadas em diversos países, integrando economias locais ao mercado global. Como resultado, a produção deixou de estar concentrada em um único território nacional, tornando-se cada vez mais fragmentada e internacionalizada.

A ascensão das empresas transnacionais contribuiu para redefinir as relações entre capital e Estado. Durante grande parte do século XX, os governos nacionais desempenharam papel fundamental na regulação econômica e na promoção do desenvolvimento industrial. Entretanto, a crescente mobilidade do capital reduziu significativamente a capacidade dos Estados de controlar fluxos financeiros e estabelecer políticas econômicas autônomas. Conforme observa Strange (1996), o poder econômico passou a ser compartilhado entre instituições estatais e atores privados globais, alterando profundamente a estrutura de governança da economia internacional.

Paralelamente à reorganização produtiva, ocorreu uma expansão sem precedentes dos mercados financeiros globais. A liberalização financeira iniciada nas décadas de 1970 e 1980 promoveu a remoção de diversas barreiras à circulação internacional de capitais. Como consequência, os fluxos financeiros passaram a superar amplamente os fluxos comerciais, consolidando o processo conhecido

como financeirização da economia. Para Chesnais (1996), a financeirização representa uma nova etapa do capitalismo na qual os lucros financeiros assumem crescente importância em relação aos investimentos produtivos tradicionais.

Outro aspecto fundamental das transformações do capitalismo contemporâneo refere-se à consolidação do neoliberalismo como paradigma dominante de política econômica. A partir das experiências lideradas por Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos durante a década de 1980, difundiu-se a ideia de que a eficiência econômica dependeria da redução da intervenção estatal, da privatização de empresas públicas e da liberalização dos mercados (Harvey, 2008).

Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo não representa apenas um conjunto de políticas econômicas, mas um projeto político destinado a restaurar o poder das elites econômicas após a crise do modelo fordista. Sob essa perspectiva, a globalização neoliberal favoreceu a expansão dos mercados internacionais e a concentração de riqueza, ao mesmo tempo em que contribuiu para o enfraquecimento de mecanismos tradicionais de proteção social.

As consequências sociais desse processo têm sido amplamente debatidas na literatura contemporânea. Embora a globalização tenha contribuído para a expansão do comércio internacional, o aumento da produtividade e a redução da pobreza extrema em algumas regiões do mundo, seus benefícios foram distribuídos de forma desigual. Stiglitz (2002) argumenta que a globalização frequentemente favorece os países mais desenvolvidos e os grupos economicamente privilegiados, ampliando as disparidades entre diferentes segmentos sociais e regiões geográficas.

A desigualdade econômica tornou-se uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo. Piketty (2014) demonstra que a concentração de renda e patrimônio atingiu níveis historicamente elevados nas últimas décadas, especialmente em países desenvolvidos. Segundo o autor, a dinâmica de acumulação do capital tende a gerar desigualdades crescentes quando os retornos do capital superam consistentemente as taxas de crescimento econômico.

Além das desigualdades econômicas, a globalização também provocou mudanças significativas no mundo do trabalho. A flexibilização das relações trabalhistas, a terceirização de atividades produtivas e o avanço da automação contribuíram para a emergência de novas formas de emprego caracterizadas pela precarização e instabilidade ocupacional. Castells (2020) observa que a economia informacional modificou profundamente a organização do trabalho, criando novas oportunidades para profissionais altamente qualificados, mas também ampliando a vulnerabilidade de trabalhadores inseridos em atividades de baixa remuneração.

O desenvolvimento tecnológico desempenha papel central nesse processo. A chamada Revolução Digital transformou os mecanismos de produção, comunicação e circulação de informações. Tecnologias associadas à inteligência artificial, big data, computação em nuvem e automação industrial têm redefinido as estratégias empresariais e os padrões de competitividade econômica. Schwab (2016) denomina esse fenômeno de Quarta Revolução Industrial, destacando sua capacidade de integrar sistemas físicos, digitais e biológicos em uma escala sem precedentes.

Entretanto, as inovações tecnológicas também suscitam preocupações relacionadas à substituição de trabalhadores por máquinas e algoritmos. Estudos recentes indicam que diversos setores produtivos poderão sofrer profundas alterações em decorrência da automação, exigindo adaptações nos sistemas educacionais e nas políticas de qualificação profissional (Brynjolfsson; McAfee, 2014).

As transformações do capitalismo contemporâneo também possuem importantes implicações ambientais. O modelo de crescimento baseado na expansão contínua da produção e do consumo tem contribuído para o agravamento de problemas como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e esgotamento de recursos naturais. Para Foster (2020), a crise ecológica atual está diretamente associada à lógica expansiva do capitalismo, que tende a priorizar a acumulação de capital em detrimento da sustentabilidade ambiental.

A questão ambiental passou a ocupar posição central nos debates sobre desenvolvimento global. A partir da década de 1990, conferências internacionais e acordos multilaterais buscaram estabelecer mecanismos de cooperação voltados à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da atividade econômica. Contudo, persistem desafios relacionados à compatibilização entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, especialmente diante das desigualdades existentes entre países centrais e periféricos.

Sob a perspectiva da Economia Política dos Sistemas-Mundo, essas transformações podem ser interpretadas como manifestações de mudanças estruturais no funcionamento da economia-mundo capitalista. Wallerstein (2004) argumenta que o capitalismo atravessa uma fase de crise estrutural caracterizada pelo aumento das tensões econômicas, políticas e ambientais. Segundo o autor, os mecanismos tradicionais de acumulação enfrentam limites crescentes, gerando instabilidades que desafiam a sustentabilidade do sistema. Arrighi (1996) complementa essa análise ao destacar a existência de ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais períodos de expansão produtiva são seguidos por fases de predominância financeira. Para o autor, a crescente financeirização observada nas últimas décadas pode indicar a transição para uma nova configuração do sistema mundial, marcada pela redistribuição do poder econômico global.

Nesse cenário, a ascensão da China representa um dos fenômenos mais relevantes das transformações recentes do capitalismo. O extraordinário crescimento econômico chinês alterou significativamente a geografia da produção mundial e desafiou a predominância histórica das economias ocidentais. Segundo Arrighi (2008), a emergência chinesa sinaliza possíveis mudanças na estrutura hegemônica da economia mundial, embora ainda existam debates sobre a profundidade e a durabilidade dessas transformações.

## **ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E NOVAS ABORDAGENS ANALÍTICAS**

A Economia Política Internacional (EPI) consolidou-se como um dos mais importantes campos de investigação das ciências sociais contemporâneas ao propor uma análise integrada das relações entre economia e política no âmbito global. Diferentemente das abordagens tradicionais que tratavam os fenômenos econômicos e políticos como esferas relativamente autônomas, a EPI parte do pressuposto de que os processos econômicos internacionais são profundamente

influenciados pelas relações de poder, pelas instituições políticas e pelos interesses dos diversos atores que compõem o sistema internacional. Nesse sentido, a EPI constitui um espaço interdisciplinar de investigação que reúne contribuições da Economia, da Ciência Política, da Sociologia, da História e das Relações Internacionais, permitindo compreender de forma mais abrangente as dinâmicas que estruturam a ordem mundial contemporânea.

O surgimento da Economia Política Internacional como campo autônomo de estudos está relacionado às profundas transformações ocorridas na economia mundial durante as décadas de 1960 e 1970. O enfraquecimento do sistema de Bretton Woods, a crise do petróleo de 1973, o aumento da interdependência econômica entre os países e o crescimento das empresas multinacionais evidenciaram a necessidade de modelos analíticos capazes de explicar fenômenos que extrapolavam as fronteiras dos Estados nacionais. Conforme observa Gilpin (2001), a crescente internacionalização dos mercados revelou a impossibilidade de compreender a economia mundial sem considerar os fatores políticos que influenciam a formulação de políticas econômicas, a distribuição de recursos e a definição das regras que regulam as relações internacionais.

Embora tenha adquirido maior institucionalização a partir da segunda metade do século XX, as raízes intelectuais da Economia Política Internacional remontam aos debates clássicos da Economia Política. Autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx já reconheciam que os processos econômicos possuíam implicações internacionais significativas. Smith (1996) enfatizava os benefícios do comércio internacional para a prosperidade das nações, enquanto Ricardo (1982) desenvolveu a teoria das vantagens comparativas como fundamento para a especialização produtiva e a ampliação das trocas internacionais. Marx (2013), por sua vez, identificou a expansão global do capitalismo como uma tendência inerente ao processo de acumulação de capital, destacando os efeitos das relações econômicas internacionais sobre a reprodução das desigualdades sociais e regionais.

A consolidação da EPI como campo acadêmico ocorreu principalmente a partir das contribuições de autores que buscaram compreender as relações entre poder e riqueza no sistema internacional. Entre eles, destaca-se Susan Strange, cuja obra promoveu uma ruptura com as interpretações que atribuíam centralidade exclusiva aos Estados nacionais. Para Strange (1994), a compreensão da política internacional exige a análise das estruturas de poder que condicionam os comportamentos dos agentes econômicos e políticos. A autora argumenta que a autoridade no sistema internacional não está concentrada apenas nos governos, mas também em atores privados, especialmente instituições financeiras, corporações transnacionais e organismos internacionais.

Nesse contexto, a Economia Política Internacional desenvolveu diferentes perspectivas teóricas para explicar as relações entre economia e política global. Entre as abordagens mais influentes destacam-se o liberalismo, o realismo e o marxismo. O liberalismo enfatiza os benefícios da cooperação econômica internacional e considera que a integração dos mercados contribui para a promoção da prosperidade coletiva. Como Keohane e Nye (2012) defendem que a crescente interdependência entre os países reduz a probabilidade de conflitos e estimula a cooperação em diferentes áreas. Segundo essa perspectiva, instituições internacionais desempenham papel fundamental na coordenação das ações dos Estados e na redução das incertezas inerentes às relações internacionais.

Em contraste, a perspectiva realista enfatiza a centralidade do poder e da competição entre os Estados. Para os autores vinculados a essa corrente, a economia internacional constitui um instrumento de projeção de poder e de defesa dos interesses nacionais. Gilpin (2001) argumenta que os Estados permanecem como os principais atores da política internacional e que as relações econômicas globais refletem disputas pela distribuição de recursos, riqueza e influência. Dessa forma, a cooperação econômica é frequentemente condicionada pelos interesses estratégicos das grandes potências, que procuram preservar ou ampliar suas posições relativas no sistema internacional.

Já a perspectiva marxista oferece uma interpretação crítica da economia mundial ao enfatizar as relações de exploração e dominação associadas ao capitalismo global. Inspirados nas análises de Marx, autores como Wallerstein (2004), Amin (1977) e Arrighi (1996) argumentam que a economia internacional é estruturada por relações assimétricas que favorecem os países centrais em detrimento das regiões periféricas. Nessa interpretação, as desigualdades internacionais não representam uma condição transitória do desenvolvimento econômico, mas uma característica estrutural do sistema capitalista mundial. A acumulação de capital ocorre por meio de mecanismos que transferem riqueza das regiões periféricas para os centros de poder econômico, reproduzindo padrões históricos de dependência e subordinação.

A partir da década de 1980, a intensificação da globalização econômica ampliou significativamente o campo de investigação da Economia Política Internacional. O crescimento dos fluxos financeiros internacionais, a expansão das cadeias globais de produção e a ascensão das corporações transnacionais exigiram novas ferramentas analíticas para compreender as transformações em curso. Nesse período, a globalização passou a ser interpretada não apenas como um fenômeno econômico, mas também como um processo político, social e cultural capaz de reconfigurar as relações entre Estados, mercados e sociedades.

Held et al. (1999) destacam que a globalização promoveu uma intensificação sem precedentes das conexões transnacionais, reduzindo a capacidade dos governos nacionais de controlar isoladamente os processos econômicos. A crescente mobilidade do capital financeiro, por exemplo, ampliou a vulnerabilidade das economias nacionais às oscilações dos mercados globais. Ao mesmo tempo, organismos multilaterais passaram a exercer maior influência sobre as políticas econômicas dos países, especialmente daqueles inseridos de forma subordinada na economia mundial.

Essas transformações estimularam o surgimento de novas abordagens analíticas dentro da Economia Política Internacional. Uma das mais influentes é o institucionalismo, que enfatiza o papel das instituições na regulação das relações econômicas globais. Segundo North (1990), as instituições constituem regras formais e informais que estruturam as interações humanas e reduzem os custos de transação. No plano internacional, organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenham funções importantes na coordenação das relações econômicas entre os Estados e na definição de normas que orientam os fluxos comerciais e financeiros.

Outra abordagem relevante é a perspectiva construtivista, que busca compreender como ideias, normas e identidades influenciam a formação das insti-

tuições e das práticas econômicas internacionais. De acordo com Wendt (1999), as estruturas internacionais não são determinadas exclusivamente por fatores materiais, mas também por processos sociais de construção de significados. Essa interpretação ampliou o escopo da Economia Política Internacional ao incorporar elementos culturais, discursivos e ideacionais que anteriormente recebiam menor atenção nas análises econômicas tradicionais.

Paralelamente, as abordagens críticas passaram a questionar os pressupostos dominantes da economia internacional. Cox (1981) argumenta que as teorias convencionais frequentemente reproduzem as estruturas de poder existentes ao tratar como naturais determinadas configurações institucionais e econômicas. Em oposição a essa perspectiva, o autor propõe uma abordagem crítica voltada para a compreensão das condições históricas que sustentam a ordem internacional e para a identificação das possibilidades de transformação social.

No século XXI, novos desafios passaram a ocupar posição central nos debates da Economia Política Internacional. A crise financeira global de 2008 evidenciou as fragilidades do sistema financeiro internacional e reacendeu discussões sobre a necessidade de maior regulação dos mercados. Segundo Stiglitz (2010), a crise revelou os limites das políticas neoliberais que predominavam desde os anos 1980 e demonstrou a importância da intervenção estatal para garantir a estabilidade econômica. Além disso, o crescimento econômico da China alterou significativamente a distribuição global de poder, promovendo uma reconfiguração das relações geopolíticas e econômicas internacionais.

Conforme destacam Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), a produção contemporânea encontra-se fragmentada em redes transnacionais que distribuem diferentes etapas produtivas entre diversos países. Essa reorganização da produção mundial transformou as formas tradicionais de inserção internacional e ampliou a complexidade das relações econômicas globais. Ao mesmo tempo, evidenciou a persistência de hierarquias econômicas que condicionam a participação dos países nas atividades de maior valor agregado.

As questões ambientais também passaram a integrar de maneira crescente a agenda da Economia Política Internacional. O agravamento das mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e os desafios relacionados à sustentabilidade evidenciaram a necessidade de incorporar variáveis ecológicas às análises econômicas e políticas. Autores como Paterson (2009) argumentam que os problemas ambientais globais não podem ser compreendidos adequadamente sem considerar as estruturas econômicas e políticas que sustentam os padrões contemporâneos de produção e consumo.

Mais recentemente, o avanço da digitalização da economia introduziu novas dimensões aos estudos da Economia Política Internacional. O crescente poder das plataformas digitais, a concentração de dados em grandes corporações tecnológicas e os debates sobre governança digital passaram a ocupar posição central nas discussões acadêmicas. Zuboff (2020) destaca que o capitalismo contemporâneo está cada vez mais baseado na extração e utilização de dados, gerando novas formas de acumulação econômica e de exercício do poder.

Nesse cenário de transformações aceleradas, a Economia Política Internacional permanece como um campo essencial para a compreensão das dinâmicas do capitalismo global. Sua capacidade de integrar fatores econômicos, políticos, sociais e históricos permite analisar fenômenos complexos que não podem

ser explicados por abordagens disciplinares isoladas. Além disso, a pluralidade teórica que caracteriza a área favorece o diálogo entre diferentes perspectivas analíticas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das estruturas e processos que moldam a economia mundial contemporânea.



## Capítulo 2

# A FORMAÇÃO DO PARADIGMA DOS SISTEMAS- MUNDO



A segunda metade do século XX foi marcada pelo surgimento de importantes correntes teóricas voltadas à compreensão das profundas transformações econômicas, políticas e sociais que passaram a caracterizar a ordem internacional. O avanço da globalização, a consolidação de novas formas de integração econômica, a persistência das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e as limitações das teorias tradicionais do desenvolvimento impulsionaram a busca por novos modelos interpretativos capazes de explicar a complexidade das relações que estruturavam o sistema capitalista mundial. Nesse contexto, emergiu a Teoria dos Sistemas-Mundo, formulada principalmente por Immanuel Wallerstein, cuja proposta consistiu em compreender o capitalismo não como um fenômeno restrito às fronteiras nacionais, mas como um sistema histórico global fundamentado em relações de interdependência, hierarquia e acumulação de capital em escala mundial.

O surgimento desse paradigma representou uma importante ruptura epistemológica com abordagens predominantes nas ciências sociais durante grande parte do século XX. Até então, muitas análises concentravam-se no Estado-nação como principal unidade de observação dos fenômenos econômicos e políticos. As teorias da modernização, por exemplo, pressupunham que todas as sociedades percorreriam etapas semelhantes de desenvolvimento até alcançarem os padrões econômicos e institucionais observados nos países industrializados. Entretanto, a permanência de profundas assimetrias entre diferentes regiões do planeta evidenciou as limitações dessas interpretações. Em vez de compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como etapas distintas de uma mesma trajetória histórica, a abordagem dos sistemas-mundo passou a interpretá-los como fenômenos interdependentes produzidos pelas próprias estruturas do capitalismo global (Wallerstein, 2004).

A construção desse paradigma não ocorreu de forma isolada. Pelo contrário, resultou da convergência de diversas tradições intelectuais que buscavam compreender os mecanismos de funcionamento do sistema capitalista e as origens das desigualdades internacionais. A obra de Wallerstein incorporou contribuições oriundas da Economia Política clássica, do marxismo, da teoria da dependência, do estruturalismo latino-americano e da historiografia desenvolvida pela Escola dos Annales. Essa característica interdisciplinar tornou-se um dos principais diferenciais da abordagem, permitindo a articulação de elementos econômicos, políticos, históricos e sociológicos em uma interpretação abrangente das transformações mundiais.

Nesse sentido, compreender a formação do paradigma dos sistemas-mundo exige analisar o contexto histórico e intelectual que possibilitou seu surgimento. A década de 1970 foi marcada por acontecimentos que provocaram profundas mudanças na economia internacional, incluindo a crise do sistema de Bretton Woods, os choques do petróleo, a desaceleração do crescimento econômico nas economias centrais e o fortalecimento dos debates sobre dependência e desenvolvimento. Esses fenômenos contribuíram para o questionamento das teorias econômicas convencionais e estimularam a elaboração de novas perspectivas capazes de explicar as dinâmicas globais de acumulação e poder. Assim, o contexto histórico no qual a teoria foi formulada desempenha papel fundamental para compreender suas preocupações analíticas, seus pressupostos teóricos e seus objetivos explicativos.

Além do contexto histórico, a construção da abordagem dos sistemas-mun-

do foi profundamente influenciada por diferentes correntes teóricas que forneceram os fundamentos conceituais para sua elaboração. Entre essas influências destacam-se especialmente as contribuições do marxismo, que ofereceu instrumentos para a compreensão dos processos de acumulação de capital, exploração econômica e expansão do capitalismo em escala global. Da mesma forma, a Economia Política clássica contribuiu para a análise das relações entre produção, comércio e divisão internacional do trabalho. Essas influências permitiram que a teoria dos sistemas-mundo desenvolvesse uma interpretação estrutural das relações econômicas internacionais, enfatizando a existência de mecanismos históricos de concentração de riqueza e poder em determinadas regiões do planeta.

Outro elemento decisivo para a formação do paradigma foi o legado da teoria da dependência, desenvolvida principalmente por intelectuais latino-americanos durante as décadas de 1950 e 1960. Em oposição às teorias da modernização, os teóricos da dependência argumentavam que o subdesenvolvimento não deveria ser compreendido como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como uma condição produzida pelas relações históricas de dominação estabelecidas entre países centrais e periféricos. Autores como André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto demonstraram que a inserção subordinada das economias periféricas no mercado internacional constituía um dos principais fatores responsáveis pela reprodução das desigualdades globais (Dos Santos, 1970; Cardoso; Faletto, 1970).

A teoria dos sistemas-mundo absorveu diversas contribuições dessa tradição intelectual, especialmente a crítica às interpretações evolucionistas do desenvolvimento e a ênfase nas relações estruturais que conectam diferentes regiões da economia mundial. Contudo, Wallerstein ampliou a perspectiva dependentista ao deslocar a unidade de análise dos Estados nacionais para o sistema mundial como um todo. Dessa forma, a teoria passou a enfatizar a existência de uma economia-mundo capitalista organizada em torno de uma divisão internacional do trabalho que distribui funções econômicas diferenciadas entre regiões centrais, semiperiféricas e periféricas. Essa formulação permitiu compreender as desigualdades internacionais como componentes constitutivos do próprio funcionamento do capitalismo histórico.

Outra influência fundamental para a formação do paradigma dos sistemas-mundo encontra-se no estruturalismo histórico e na historiografia da longa duração desenvolvida pela Escola dos Annales. Em especial, os trabalhos de Fernand Braudel exerceram profundo impacto sobre a construção teórica de Wallerstein. Ao enfatizar a importância das estruturas históricas de longa permanência, Braudel propôs uma interpretação da história que ultrapassava a análise de eventos isolados e privilegiava os processos econômicos, sociais e culturais que se desenvolvem ao longo de extensos períodos temporais (Braudel, 1996). Essa perspectiva permitiu que a teoria dos sistemas-mundo incorporasse uma dimensão histórica mais ampla, compreendendo o capitalismo como um sistema que se desenvolveu progressivamente desde a Europa do século XVI até alcançar sua configuração global contemporânea.

A noção de longa duração tornou-se particularmente relevante para a análise dos ciclos econômicos, das transformações hegemônicas e das mudanças estruturais que caracterizam a evolução do sistema capitalista. Em vez de concentrar-se exclusivamente em acontecimentos conjunturais, a abordagem dos sistemas-mundo procura identificar padrões históricos persistentes que mol-

dam as relações econômicas e políticas internacionais. Essa preocupação com os processos históricos de longa duração diferencia a teoria de muitas interpretações contemporâneas e contribui para sua capacidade de explicar fenômenos complexos associados à dinâmica do capitalismo global.

Dessa forma, a formação do paradigma dos sistemas-mundo deve ser compreendida como resultado da articulação entre diferentes tradições intelectuais e circunstâncias históricas específicas. O contexto de crise das teorias convencionais do desenvolvimento, as contribuições do marxismo e da Economia Política, o legado da teoria da dependência e as influências do estruturalismo histórico constituíram elementos fundamentais para a elaboração de uma das mais influentes perspectivas analíticas das ciências sociais contemporâneas. Nos tópicos subsequentes, serão examinados de maneira detalhada cada um desses aspectos, permitindo compreender os fundamentos teóricos e históricos que sustentam a construção da abordagem dos sistemas-mundo e sua relevância para a interpretação das dinâmicas do capitalismo global.

## CONTEXTO HISTÓRICO E INTELECTUAL DE SURGIMENTO

A emergência da Teoria dos Sistemas-Mundo, a partir da década de 1970, não pode ser compreendida como um acontecimento isolado no desenvolvimento das ciências sociais. Pelo contrário, trata-se do resultado de um longo processo de amadurecimento intelectual que envolveu debates epistemológicos, transformações econômicas globais e questionamentos às teorias dominantes sobre desenvolvimento e modernização. O contexto histórico de seu surgimento esteve profundamente relacionado às mudanças estruturais ocorridas no sistema capitalista internacional durante o pós-guerra, bem como às limitações explicativas apresentadas pelos paradigmas então predominantes. Nesse cenário, a formulação proposta por Immanuel Wallerstein constituiu uma tentativa de construir uma perspectiva analítica capaz de compreender a dinâmica histórica do capitalismo como um sistema social totalizante, articulando economia, política, sociedade e cultura em escala mundial.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica do sistema internacional. A reconstrução da Europa Ocidental por meio do Plano Marshall, a criação de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), bem como a expansão das empresas multinacionais, contribuíram para a intensificação da integração econômica mundial. Paralelamente, a Guerra Fria promoveu uma reorganização geopolítica baseada na disputa entre os blocos capitalista e socialista, influenciando significativamente as agendas de pesquisa das ciências sociais (Hobsbawm, 1995).

Durante esse período, ganhou força a chamada Teoria da Modernização, amplamente difundida nos meios acadêmicos e políticos ocidentais. Essa abordagem defendia que todas as sociedades seguiriam um percurso linear de desenvolvimento semelhante ao experimentado pelos países industrializados da Europa e da América do Norte. Autores como Rostow (1974) argumentavam que as nações poderiam alcançar elevados níveis de desenvolvimento econômico mediante a adoção de instituições modernas, industrialização e integração aos

mercados internacionais. A pobreza e o subdesenvolvimento eram interpretados como estágios transitórios de uma trajetória evolutiva comum a todas as sociedades.

Entretanto, a realidade observada em diversas regiões da África, Ásia e América Latina revelou profundas limitações dessa interpretação. Apesar das políticas de industrialização e modernização implementadas ao longo das décadas de 1950 e 1960, muitos países continuavam enfrentando baixos níveis de crescimento econômico, elevada dependência tecnológica e intensa desigualdade social. Essa situação estimulou o surgimento de abordagens críticas que passaram a questionar os pressupostos universalistas da modernização e a enfatizar os condicionantes históricos das relações econômicas internacionais (Cardoso; Faletto, 2011).

Nesse contexto, destacou-se a influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), especialmente por meio das contribuições de Raúl Prebisch. O economista argentino desenvolveu a tese centro-periferia, segundo a qual a economia mundial encontrava-se estruturada de forma desigual, favorecendo os países industrializados em detrimento dos exportadores de produtos primários. Segundo Prebisch (2000), a deterioração dos termos de troca constituía um mecanismo permanente de transferência de riqueza da periferia para o centro, dificultando os processos de desenvolvimento autônomo dos países periféricos.

As formulações cepalinas serviram de base para o desenvolvimento da Teoria da Dependência, que emergiu principalmente na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. Autores como André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso procuraram demonstrar que o subdesenvolvimento não representava uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição produzida historicamente pela própria expansão do capitalismo mundial (Frank, 1969; Dos Santos, 1978). Dessa forma, as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos deveriam ser analisadas como partes integrantes de um mesmo sistema econômico global.

A influência da Teoria da Dependência sobre a formulação da Teoria dos Sistemas-Mundo foi significativa. Wallerstein reconheceu que os dependentistas contribuíram para superar o nacionalismo metodológico predominante nas análises econômicas e sociais. Ao enfatizarem a existência de relações estruturais de exploração entre diferentes regiões do planeta, esses autores forneceram elementos fundamentais para a construção de uma abordagem capaz de analisar o capitalismo em escala global (Wallerstein, 2004).

Outro importante fator intelectual que influenciou o surgimento da Teoria dos Sistemas-Mundo foi a tradição historiográfica da Escola dos Annales. Fundada na França por Marc Bloch e Lucien Febvre, essa corrente promoveu uma profunda renovação da historiografia ao defender uma abordagem interdisciplinar dos fenômenos históricos. Posteriormente, Fernand Braudel aprofundou essa perspectiva por meio do conceito de longa duração, destacando a importância das estruturas econômicas e sociais que permanecem relativamente estáveis ao longo de extensos períodos históricos (Braudel, 1996).

Braudel exerceu influência decisiva sobre Wallerstein ao propor a noção de economia-mundo. Para o historiador francês, determinadas regiões históricas organizavam-se em torno de redes econômicas relativamente autônomas, caracterizadas por fluxos comerciais, relações de poder e hierarquias espaciais

específicas. Essa concepção permitiu a Wallerstein desenvolver a ideia de que o capitalismo moderno deveria ser compreendido como uma economia-mundo capitalista, cuja expansão progressiva integrou diferentes territórios em um único sistema histórico global (Braudel, 1998).

Paralelamente, o pensamento marxista também desempenhou papel central na formação intelectual da Teoria dos Sistemas-Mundo. Embora Wallerstein tenha se afastado de algumas interpretações ortodoxas do marxismo, sua análise manteve elementos fundamentais da crítica marxiana ao capitalismo, especialmente no que se refere à acumulação de capital, à exploração do trabalho e às contradições inerentes ao sistema econômico. A principal inovação consistiu em deslocar a unidade de análise da sociedade nacional para o sistema mundial, argumentando que as dinâmicas de classe e acumulação deveriam ser compreendidas em escala global (Wallerstein, 1974).

A década de 1960 constituiu um período particularmente importante para a consolidação dessas reflexões. Diversos acontecimentos contribuíram para o questionamento das teorias dominantes e para a emergência de novas perspectivas analíticas. Entre esses eventos destacam-se os movimentos anticoloniais na África e na Ásia, a Revolução Cubana, os protestos estudantis de 1968, a Guerra do Vietnã e a intensificação das lutas por direitos civis em diferentes partes do mundo. Esses processos evidenciaram a necessidade de interpretações capazes de compreender as desigualdades globais para além das fronteiras nacionais (Arrighi; Silver, 2001).

Além disso, a crise econômica internacional iniciada nos anos 1970 representou um importante marco histórico para o surgimento da Teoria dos Sistemas-Mundo. O esgotamento do modelo fordista de produção, a crise do petróleo de 1973, a desaceleração do crescimento econômico e o aumento da instabilidade financeira colocaram em xeque as expectativas de prosperidade contínua associadas ao período de expansão do pós-guerra. Nesse contexto, tornou-se evidente a necessidade de modelos explicativos capazes de interpretar as crises como fenômenos estruturais do capitalismo mundial e não apenas como perturbações conjunturais (Harvey, 2011).

Foi nesse ambiente intelectual e histórico que Immanuel Wallerstein publicou, em 1974, o primeiro volume da obra *The Modern World-System*. O trabalho representou uma ruptura significativa com as abordagens tradicionais das ciências sociais ao propor que o capitalismo moderno havia surgido na Europa durante o longo século XVI e, desde então, expandira-se progressivamente até constituir um sistema mundial integrado. Segundo o autor, a característica fundamental desse sistema era a existência de uma divisão internacional do trabalho que distribuía funções econômicas diferenciadas entre regiões centrais, semiperiféricas e periféricas (Wallerstein, 1974).

Ao contrário das teorias que tomavam o Estado-nação como unidade principal de análise, Wallerstein argumentava que os Estados constituíam componentes de um sistema mais amplo. As desigualdades econômicas observadas entre os países não poderiam ser explicadas exclusivamente por fatores internos, mas deveriam ser compreendidas a partir das posições ocupadas por cada região na estrutura da economia-mundo capitalista. Essa perspectiva permitia integrar processos locais e globais em uma mesma estrutura analítica (Wallerstein, 2004).

A proposta teórica de Wallerstein também dialogava com debates episte-

mológicos mais amplos acerca da fragmentação das ciências sociais. O autor criticava a separação rígida entre disciplinas como economia, sociologia, ciência política e história, argumentando que essa divisão dificultava a compreensão de fenômenos complexos. Em resposta, propunha uma ciência social histórica capaz de articular diferentes dimensões da realidade social em uma análise integrada (Wallerstein, 1991).

A recepção da Teoria dos Sistemas-Mundo foi ampla e diversificada. Nas décadas seguintes, diversos autores contribuíram para seu desenvolvimento e refinamento teórico. Giovanni Arrighi aprofundou os estudos sobre ciclos sistêmicos de acumulação e hegemonia mundial, demonstrando como diferentes potências exerceram sucessivamente posições centrais no sistema capitalista (Arrighi, 1996). Samir Amin ampliou as discussões sobre dependência e desenvolvimento desigual, enquanto Christopher Chase-Dunn contribuiu para a aplicação empírica da perspectiva dos sistemas-mundo em diferentes contextos históricos (Amin, 2005; Chase-Dunn; Hall, 1997).

Nas primeiras décadas do século XXI, a Teoria dos Sistemas-Mundo voltou a ganhar relevância diante das transformações associadas à globalização, à ascensão econômica da China, às crises financeiras internacionais e ao aprofundamento das desigualdades globais. Estudos recentes têm demonstrado que muitos dos conceitos desenvolvidos por Wallerstein continuam úteis para compreender fenômenos contemporâneos relacionados à reorganização das cadeias globais de valor, às disputas geopolíticas e às mudanças nos padrões de acumulação capitalista (Babones, 2015; Robinson, 2022).

## INFLUÊNCIAS TEÓRICAS DO PARADIGMA

A Teoria dos Sistemas-Mundo constitui uma das mais relevantes contribuições das ciências sociais para a compreensão das dinâmicas históricas do capitalismo em escala global. Formulada principalmente por Immanuel Wallerstein na década de 1970, essa perspectiva não surgiu de forma isolada ou desvinculada do contexto intelectual de sua época. Ao contrário, representa o resultado de um amplo processo de diálogo interdisciplinar que reuniu contribuições oriundas da Economia Política clássica, do marxismo, da historiografia estruturalista francesa, da teoria da dependência latino-americana e de diferentes correntes críticas voltadas à compreensão das desigualdades produzidas pelo capitalismo global. A originalidade do paradigma dos sistemas-mundo reside justamente em sua capacidade de articular essas diversas tradições teóricas em uma estrutura interpretativa abrangente, capaz de explicar os processos históricos de longa duração que moldaram a economia-mundo capitalista.

Entre as influências mais importantes para a formação do paradigma encontra-se a tradição da Economia Política clássica. Os trabalhos de Adam Smith e David Ricardo forneceram importantes reflexões acerca da divisão do trabalho, da formação dos mercados e da acumulação de riqueza. Embora Wallerstein tenha desenvolvido uma perspectiva crítica em relação aos pressupostos liberais desses autores, ele reconheceu a relevância de suas análises sobre a expansão dos mercados e a crescente integração econômica entre diferentes regiões. A noção de que a especialização produtiva constitui um elemento central para o desenvolvimento econômico encontra ressonância na concepção wallersteinia-

na da divisão internacional do trabalho, ainda que reinterpretada a partir de uma perspectiva histórica e estrutural (Smith, 1996; Ricardo, 1996).

Entretanto, foi a tradição marxista que exerceu a influência mais profunda sobre a construção teórica dos sistemas-mundo. Karl Marx desenvolveu uma análise histórica do capitalismo baseada na acumulação de capital, na exploração do trabalho e nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Sua concepção materialista da história forneceu fundamentos essenciais para a compreensão das relações entre economia, política e sociedade. A interpretação de Marx acerca da expansão mundial do capitalismo revelou-se particularmente importante para Wallerstein, que incorporou a ideia de que o capitalismo possui uma tendência estrutural à expansão geográfica contínua em busca de novos mercados, matérias-primas e fontes de trabalho (Marx; Engels, 2008).

A contribuição marxista também se manifesta na centralidade atribuída à acumulação de capital como princípio organizador da economia-mundo. Segundo Marx (2013), o capitalismo diferencia-se de sistemas econômicos anteriores porque sua lógica fundamental consiste na reprodução ampliada do capital. Wallerstein adaptou essa interpretação ao argumentar que a acumulação incessante constitui o principal motor da economia-mundo capitalista desde sua formação no século XVI. Contudo, diferentemente de Marx, que privilegiava a análise das classes sociais e das relações de produção no interior das sociedades nacionais, Wallerstein deslocou o foco analítico para as relações estabelecidas entre diferentes regiões do sistema global (Wallerstein, 2004).

Outra influência decisiva foi exercida pela Escola dos Annales, especialmente pelos trabalhos de Fernand Braudel. A historiografia braudeliana rompeu com as abordagens tradicionais centradas em eventos políticos e personagens individuais, propondo uma análise fundamentada nos processos históricos de longa duração. Braudel defendia que a compreensão das transformações sociais exigia a investigação das estruturas econômicas, geográficas e culturais que se desenvolvem ao longo de séculos (Braudel, 1996).

O conceito de longa duração tornou-se um dos pilares metodológicos da Teoria dos Sistemas-Mundo. Inspirado por Braudel, Wallerstein passou a interpretar o capitalismo como um sistema histórico cuja evolução somente pode ser compreendida por meio da análise de extensos períodos temporais. Essa perspectiva permitiu identificar continuidades estruturais que atravessam diferentes conjunturas históricas, evidenciando a persistência das desigualdades e hierarquias econômicas em escala global (Braudel, 1996; Wallerstein, 2004).

Além disso, Braudel exerceu forte influência sobre a própria concepção de economia-mundo. Em suas análises históricas, o historiador francês utilizou o termo *économie-monde* para descrever espaços econômicos relativamente autônomos organizados em torno de centros de poder e comércio. Wallerstein apropriou-se dessa categoria e a transformou em um conceito central de sua teoria, argumentando que a economia-mundo capitalista constitui uma estrutura integrada cuja dinâmica transcende as fronteiras dos Estados nacionais (Braudel, 1996).

Outra matriz intelectual fundamental para a formulação do paradigma dos sistemas-mundo foi a teoria da dependência. Desenvolvida principalmente na América Latina entre as décadas de 1950 e 1970, essa abordagem surgiu como crítica às teorias da modernização que predominavam nos estudos sobre desen-

volvimento econômico. Autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank argumentavam que o subdesenvolvimento não representava uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento, mas sim uma condição estrutural produzida pela inserção desigual das economias periféricas no sistema capitalista internacional (Prebisch, 2000; Furtado, 2007).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenhou papel central na construção dessas reflexões. Prebisch identificou a existência de uma estrutura internacional caracterizada pela divisão entre centro e periferia, na qual os países industrializados concentravam ganhos tecnológicos e produtivos, enquanto as economias periféricas permaneciam especializadas na exportação de produtos primários. Essa interpretação exerceu profunda influência sobre Wallerstein, especialmente na formulação de sua concepção de hierarquia sistêmica (Prebisch, 2000).

Entre os teóricos da dependência, André Gunder Frank destacou-se por sua crítica radical às abordagens desenvolvimentistas convencionais. Para Frank (1979), o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem processos simultâneos produzidos pela expansão histórica do capitalismo mundial. Essa interpretação antecipou diversos elementos posteriormente incorporados pela Teoria dos Sistemas-Mundo, particularmente a compreensão de que as desigualdades globais resultam de relações estruturais de exploração e dependência estabelecidas em escala internacional.

A influência de Samir Amin também merece destaque. Amin desenvolveu importantes análises sobre a acumulação em escala mundial e sobre os mecanismos de transferência de valor entre países centrais e periféricos. Sua crítica ao eurocentrismo e sua interpretação do capitalismo como sistema global contribuíram significativamente para a construção da perspectiva sistêmica adotada por Wallerstein (Amin, 1977).

As contribuições da sociologia histórica também desempenharam papel relevante na formação do paradigma. Autores como Norbert Elias e Charles Tilly enfatizaram a importância dos processos históricos de longa duração na formação das estruturas sociais e políticas modernas. Embora não tenham exercido influência direta comparável à de Marx ou Braudel, suas análises ajudaram a consolidar uma visão processual da história que influenciou o ambiente intelectual no qual a Teoria dos Sistemas-Mundo foi desenvolvida (Elias, 1994; Tilly, 1996).

A geografia histórica igualmente forneceu elementos fundamentais para a construção do paradigma. O reconhecimento da importância do espaço na organização das relações econômicas permitiu compreender como diferentes regiões ocupam posições distintas dentro da economia-mundo. Essa dimensão espacial tornou-se particularmente relevante nas análises posteriores de autores como Giovanni Arrighi e David Harvey, que aprofundaram a investigação das relações entre território, capital e poder (Arrighi, 1996; Harvey, 2005).

Giovanni Arrighi contribuiu significativamente para o desenvolvimento e refinamento da Teoria dos Sistemas-Mundo ao analisar os ciclos sistêmicos de acumulação. Inspirado tanto em Marx quanto em Braudel, Arrighi argumentou que a história do capitalismo é marcada por sucessivos ciclos de hegemonia liderados por diferentes potências econômicas, como Gênova, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos. Suas reflexões ampliaram a capacidade explicativa do paradig-

ma ao integrar questões relacionadas à hegemonia, finanças e transformações geopolíticas globais (Arrighi, 1996).

A influência das teorias do imperialismo também pode ser identificada na formação da abordagem dos sistemas-mundo. Autores como Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin analisaram a expansão internacional do capitalismo e a crescente concentração de capital como elementos centrais da dinâmica imperialista. Essas interpretações contribuíram para a compreensão das relações assimétricas entre diferentes regiões da economia mundial, aspecto posteriormente incorporado às análises sistêmicas de Wallerstein (Lenin, 2012; Luxemburgo, 1985).

Nas últimas décadas, novos debates têm ampliado e atualizado as bases teóricas do paradigma dos sistemas-mundo. Estudos vinculados às perspectivas pós-coloniais e decoloniais passaram a questionar o predomínio de narrativas eurocêntricas na interpretação da modernidade e do capitalismo global. Autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Ramón Grosfoguel argumentam que a colonialidade do poder constitui uma dimensão inseparável da expansão capitalista, exigindo análises que considerem simultaneamente exploração econômica, dominação política e subordinação cultural (Quijano, 2005; Dignolo, 2017).

Essas contribuições contemporâneas não substituem os fundamentos clássicos da Teoria dos Sistemas-Mundo, mas ampliam seu alcance analítico. Ao incorporar discussões sobre raça, colonialismo, identidade e produção do conhecimento, tais abordagens fortalecem a capacidade do paradigma de interpretar fenômenos complexos que caracterizam o capitalismo contemporâneo. Da mesma forma, estudos recentes sobre globalização, cadeias globais de valor e financeirização têm demonstrado a permanência da relevância das categorias desenvolvidas por Wallerstein, ainda que adaptadas às novas configurações da economia mundial (Robinson, 2022; Chase-Dunn; Lerro, 2024).

## O LEGADO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria da Dependência constitui uma das mais relevantes contribuições intelectuais produzidas no âmbito das ciências sociais latino-americanas ao longo do século XX, especialmente por sua capacidade de questionar os paradigmas tradicionais de desenvolvimento econômico e propor uma interpretação histórica e estrutural das desigualdades existentes entre as nações. Surgida principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, em um contexto marcado pela expansão do capitalismo internacional, pela Guerra Fria, pelos processos de descolonização e pela persistência das assimetrias entre países industrializados e economias periféricas, essa corrente teórica representou uma ruptura com as interpretações desenvolvimentistas convencionais que concebiam o subdesenvolvimento como uma etapa anterior e transitória no caminho rumo à modernização.

As teorias da modernização, amplamente difundidas no pós-Segunda Guerra Mundial, sustentavam a ideia de que todas as sociedades percorriam estágios universais de desenvolvimento econômico e social, seguindo uma trajetória semelhante àquela experimentada pelas nações industrializadas do Ocidente. Essa perspectiva, representada especialmente pelos estudos de Walt Whitman Rostow, defendia que o crescimento econômico das sociedades menos desenvolvidas dependeria da adoção de instituições modernas, da industrialização, da

acumulação de capital e da integração aos mercados internacionais. Para os teóricos da dependência, entretanto, essa interpretação ignorava as relações históricas de exploração, dominação e intercâmbio desigual estabelecidas entre os países centrais e periféricos ao longo da expansão do capitalismo mundial (Rostow, 1960).

A emergência da Teoria da Dependência esteve profundamente relacionada às reflexões desenvolvidas no âmbito da CEPAL, especialmente a partir das contribuições de Raúl Prebisch. Ao analisar a inserção da América Latina no comércio internacional, Prebisch identificou que a estrutura da economia mundial era caracterizada pela divisão entre um centro industrializado, produtor de bens manufaturados com elevado valor agregado, e uma periferia especializada na exportação de produtos primários. Essa divisão internacional do trabalho produzia uma dinâmica estrutural desfavorável aos países periféricos, uma vez que os ganhos tecnológicos e produtivos se concentravam nos países centrais, enquanto as economias periféricas permaneciam dependentes da exportação de commodities e vulneráveis às oscilações dos mercados externos (Prebisch, 1949).

A contribuição estruturalista da CEPAL representou um ponto de inflexão fundamental na compreensão do desenvolvimento latino-americano, pois rompeu com a ideia liberal de que o livre comércio internacional produziria benefícios equivalentes para todas as nações. Para Prebisch, as relações comerciais internacionais eram marcadas por uma tendência histórica à deterioração dos termos de troca, fenômeno no qual os preços dos produtos primários exportados pela periferia apresentavam uma evolução menos favorável quando comparados aos preços dos produtos industrializados importados do centro. Como consequência, os países periféricos precisavam exportar volumes cada vez maiores de matérias-primas para adquirir a mesma quantidade de produtos manufaturados provenientes das economias desenvolvidas (Prebisch, 1949).

Embora o pensamento estruturalista cepalino tenha sido um antecedente decisivo da Teoria da Dependência, os autores dependentistas avançaram ao argumentar que o problema do subdesenvolvimento não deveria ser compreendido apenas como uma questão de inserção desfavorável no comércio internacional, mas como uma condição estrutural produzida pela própria expansão histórica do capitalismo. Nessa perspectiva, desenvolvimento e subdesenvolvimento não constituem estágios sucessivos de uma mesma trajetória histórica, mas processos simultâneos e interdependentes. O desenvolvimento das economias centrais ocorre, em grande medida, em conexão com a subordinação econômica das regiões periféricas, que são integradas ao sistema capitalista mundial em condições de dependência (Frank, 1967).

Entre os principais formuladores da Teoria da Dependência destaca-se André Gunder Frank, cuja obra teve papel central na formulação da tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para o autor, a pobreza e o atraso econômico dos países latino-americanos não eram consequências de uma ausência de integração ao capitalismo, como argumentavam as perspectivas tradicionais, mas justamente do modo como essas sociedades foram historicamente incorporadas à expansão capitalista internacional. Desde o período colonial, estabeleceu-se uma rede de relações econômicas entre metrópoles e satélites, por meio da qual o excedente econômico produzido nas regiões periféricas era sistematicamente transferido para os centros de acumulação de capital (Frank, 1967).

A análise de Frank apresentou uma forte crítica às interpretações dualistas do desenvolvimento, que distinguiram setores modernos e tradicionais dentro das economias periféricas. Segundo o autor, não existiam espaços completamente externos ao capitalismo, pois mesmo as regiões consideradas atrasadas estavam integradas à lógica de acumulação do sistema mundial. O subdesenvolvimento, portanto, não era um estágio inicial de uma evolução rumo ao desenvolvimento, mas uma condição produzida pela própria dinâmica de expansão do capitalismo internacional (Frank, 1969).

Outra contribuição fundamental para a consolidação da Teoria da Dependência foi apresentada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que desenvolveram uma abordagem histórico-estrutural da dependência. Diferentemente das interpretações mais deterministas, esses autores buscaram compreender como os processos de desenvolvimento dependente eram resultado da interação entre fatores externos, relacionados à estrutura do capitalismo internacional, e fatores internos, associados às alianças políticas, às relações de classe e às formas específicas de organização dos Estados nacionais (Cardoso; Faletto, 1970).

A obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* representou um avanço importante ao demonstrar que a condição de dependência não eliminava completamente a possibilidade de crescimento econômico nas sociedades periféricas. Cardoso e Faletto argumentavam que poderiam ocorrer processos de industrialização e modernização dentro de uma estrutura dependente, caracterizados pela presença de capitais estrangeiros, empresas multinacionais e alianças entre grupos econômicos nacionais e internacionais. Dessa forma, o desenvolvimento dependente era compreendido como um processo contraditório, no qual crescimento econômico e permanência das relações de subordinação poderiam coexistir (Cardoso; Faletto, 1970).

A partir dessas diferentes formulações, a Teoria da Dependência consolidou uma nova compreensão acerca das relações econômicas internacionais. Sua principal contribuição foi deslocar o foco analítico dos fatores internos de atraso econômico para as estruturas históricas do sistema capitalista mundial. As desigualdades entre as nações passaram a ser compreendidas como resultado de relações de poder assimétricas, nas quais o desenvolvimento de determinadas regiões está diretamente associado à exploração econômica e à transferência de recursos provenientes das regiões periféricas (Dos Santos, 1978).

Theotonio dos Santos foi outro importante representante da corrente dependente, aprofundando a análise das formas históricas de dependência. Para ele, a dependência deveria ser entendida como uma situação na qual a economia de determinados países encontra-se condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras economias mais poderosas. Essa relação implica a subordinação dos interesses nacionais periféricos às necessidades de reprodução do capital internacional, limitando a autonomia dos Estados dependentes e condicionando suas possibilidades de desenvolvimento econômico e social (Dos Santos, 1978).

Dos Santos identificou diferentes formas históricas de dependência, como a dependência colonial, a dependência financeira-industrial e a dependência tecnológica. Essa classificação permitiu compreender que a dependência não permanece estática, mas se transforma conforme as mudanças ocorridas no próprio capitalismo mundial. Com o avanço das corporações transnacionais, dos sistemas

financeiros globais e das novas formas de controle tecnológico, as relações de dependência passaram a assumir características mais complexas, envolvendo não apenas o comércio internacional, mas também o controle do conhecimento científico, da inovação tecnológica e dos fluxos financeiros globais (Dos Santos, 1978).

A apropriação dos pressupostos da Teoria da Dependência pela Teoria dos Sistemas-Mundo representou um dos momentos mais significativos da renovação da Economia Política Internacional no século XX. Embora Wallerstein tenha reconhecido a importância dos estudos dependentistas, sua proposta buscou superar certas limitações decorrentes da permanência do Estado-nação como principal unidade de análise. Para o autor, a unidade fundamental de compreensão da modernidade capitalista não deveria ser o país isoladamente, mas a economia-mundo capitalista como uma totalidade histórica estruturada por relações de exploração e desigualdade. Dessa maneira, a distinção entre centro e periferia, anteriormente utilizada pelos teóricos da dependência para analisar as relações internacionais, passou a integrar uma estrutura sistêmica mais complexa, que incluía também a categoria da semiperiferia, responsável por desempenhar funções intermediárias na manutenção da estabilidade do sistema mundial (Wallerstein, 1974).

A incorporação da categoria de semiperiferia permitiu compreender que o sistema capitalista não se organiza por uma divisão rígida entre nações dominantes e subordinadas, mas por uma hierarquia dinâmica em constante transformação. Algumas economias podem modificar sua posição relativa no sistema internacional ao longo do tempo, embora essa mobilidade seja limitada pelas estruturas de acumulação de capital e pelas relações históricas de poder. Nesse sentido, a influência da Teoria da Dependência sobre a abordagem dos sistemas-mundo evidencia a continuidade de uma tradição crítica que compreende o capitalismo não apenas como um modo de produção nacional, mas como um sistema histórico global responsável pela produção e reprodução de desigualdades estruturais (Wallerstein, 2004).

A relação entre as duas abordagens, entretanto, não significa uma completa identidade teórica. Enquanto grande parte dos autores dependentistas concentrou suas análises na realidade latino-americana e nas possibilidades de desenvolvimento das economias periféricas, a Teoria dos Sistemas-Mundo ampliou sua perspectiva temporal e espacial, investigando a formação do capitalismo desde o século XVI e examinando os mecanismos pelos quais a divisão internacional do trabalho se consolidou em escala planetária. A influência da tradição historiográfica da longa duração, especialmente das contribuições de Fernand Braudel, permitiu a Wallerstein desenvolver uma interpretação histórica capaz de conectar processos econômicos, políticos e sociais em diferentes períodos e regiões (Braudel, 1996; Wallerstein, 1974).

Apesar de sua grande relevância intelectual, a Teoria da Dependência também recebeu críticas ao longo das décadas. Um dos principais questionamentos dirigiu-se às versões consideradas mais estruturalistas e economicistas da teoria, especialmente aquelas associadas às interpretações de André Gunder Frank. Alguns autores argumentaram que a ênfase excessiva nas determinações externas poderia reduzir a importância dos processos internos, das decisões políticas nacionais, das disputas entre classes sociais e da capacidade de ação dos sujeitos históricos. Dessa perspectiva, o desenvolvimento econômico não seria determinado exclusivamente pela posição ocupada no sistema internacional, mas tam-

bém pelas configurações institucionais e políticas presentes em cada sociedade (Cardoso, 1995).

Outros críticos apontaram que determinadas previsões da Teoria da Dependência não se confirmaram integralmente diante das transformações econômicas ocorridas a partir da segunda metade do século XX. A industrialização acelerada de países do Leste Asiático, como Coreia do Sul, Taiwan e posteriormente China, demonstrou que algumas economias periféricas ou semiperiféricas poderiam alcançar elevados níveis de desenvolvimento tecnológico e inserção competitiva no mercado mundial. Esse processo levantou questionamentos sobre a existência de possibilidades de mobilidade dentro da estrutura do capitalismo global, embora diversos estudiosos ressaltem que esses casos particulares ocorreram em condições históricas específicas e não invalidam completamente as análises sobre as desigualdades estruturais internacionais (Evans, 1995; Arrighi, 2008).

Mesmo diante dessas críticas, diversos pesquisadores destacam que o legado da Teoria da Dependência permanece relevante para compreender as novas configurações do capitalismo contemporâneo. A expansão da globalização neoliberal, o crescimento do poder das corporações transnacionais, a financeirização da economia, a concentração tecnológica e a organização das cadeias globais de produção demonstram que as relações assimétricas entre regiões do mundo continuam sendo elementos centrais da dinâmica capitalista. Nesse sentido, os conceitos de dependência, transferência de excedentes e desigualdade estrutural permanecem instrumentos analíticos importantes para a interpretação da ordem econômica internacional (Amin, 1976; Harvey, 2005).

A partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, a literatura crítica passou a reformular a Teoria da Dependência em diálogo com novos fenômenos históricos. O avanço do capitalismo financeiro internacional, a crescente influência de instituições econômicas globais, o domínio das grandes empresas de tecnologia e a concentração da produção científica nos países desenvolvidos revelam formas contemporâneas de dependência que ultrapassam a dimensão comercial originalmente enfatizada pelos primeiros teóricos. Atualmente, discute-se a existência de dependências tecnológicas, digitais, financeiras e cognitivas, nas quais o controle dos fluxos de informação, das plataformas digitais, das patentes e das tecnologias estratégicas torna-se um elemento fundamental das disputas de poder no sistema mundial (Castells, 1999; Furtado, 2000; Quijano, 2005).

No contexto latino-americano, as contribuições dependentistas continuam influenciando os debates sobre desenvolvimento, industrialização, soberania econômica e inserção internacional. O desafio da superação da especialização produtiva baseada na exportação de bens primários, a vulnerabilidade diante dos ciclos de preços das commodities e a dependência tecnológica permanecem temas recorrentes nas análises sobre as economias periféricas. Dessa maneira, embora o cenário internacional tenha se tornado mais complexo do que aquele observado pelos primeiros autores dependentistas, muitas das estruturas de desigualdade identificadas por essa tradição teórica continuam presentes no capitalismo global contemporâneo (Bresser-Pereira, 2010; Marini, 2011).

Um dos conceitos mais relevantes para compreender a permanência da atualidade da Teoria da Dependência é a ideia de que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado exclusivamente a partir de indicadores quantitativos de crescimento, como a expansão do PIB ou o aumento da produtividade. A

tradição dependentista demonstrou que é necessário investigar a qualidade da inserção de um país na divisão internacional do trabalho, sua autonomia tecnológica, sua capacidade de formular políticas econômicas soberanas e o grau de controle nacional sobre os setores estratégicos da economia. Nesse aspecto, sua contribuição permanece fundamental para uma abordagem crítica da Economia Política Internacional contemporânea (Furtado, 2009).

## O ESTRUTURALISMO HISTÓRICO E A LONGA DURAÇÃO

A compreensão da Teoria dos Sistemas-Mundo demanda uma análise aprofundada de seus fundamentos epistemológicos e metodológicos, entre os quais se destaca o estruturalismo histórico e o conceito de longa duração. Essas perspectivas representam uma ruptura significativa com abordagens tradicionais da história e das ciências sociais que privilegiam acontecimentos isolados, decisões individuais ou fenômenos observáveis em curtos intervalos temporais. Ao contrário, o estruturalismo histórico propõe uma interpretação da realidade social baseada na identificação de estruturas de longa permanência que condicionam os processos econômicos, políticos, sociais e culturais ao longo dos séculos. Tal perspectiva tornou-se um dos pilares da análise dos sistemas-mundo, especialmente por intermédio das contribuições da Escola dos Annales e das reflexões desenvolvidas pelo historiador francês Fernand Braudel.

O estruturalismo histórico parte da premissa de que as sociedades humanas são constituídas por sistemas complexos nos quais diferentes dimensões da vida social se articulam de maneira dinâmica. Assim, os eventos históricos não podem ser compreendidos apenas como resultados de ações individuais ou de acontecimentos conjunturais, mas devem ser analisados a partir das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais que estabelecem possibilidades e limites para a ação humana. Nessa perspectiva, a história deixa de ser concebida como uma simples sucessão cronológica de fatos e passa a ser entendida como um processo de longa duração marcado por continuidades, transformações lentas e relações de interdependência entre diferentes esferas da sociedade (Braudel, 1992).

A formação dessa abordagem está diretamente associada ao surgimento da Escola dos Annales, fundada na França em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Em oposição à historiografia positivista dominante no século XIX e início do século XX, caracterizada pelo predomínio da história política tradicional, das narrativas sobre grandes personagens e dos acontecimentos diplomáticos e militares, os Annales propuseram uma nova forma de produzir conhecimento histórico. Para seus integrantes, a história deveria investigar as estruturas profundas das sociedades, incorporando contribuições da geografia, da economia, da sociologia e da antropologia, em uma perspectiva interdisciplinar capaz de apreender a complexidade dos fenômenos históricos (Burke, 2010).

Marc Bloch teve papel fundamental na consolidação dessa renovação historiográfica ao defender uma concepção da história voltada para o estudo dos homens no tempo. Segundo o autor, os fenômenos históricos devem ser analisados a partir de suas múltiplas temporalidades e de suas relações com os contextos sociais que lhes dão significado. Em sua obra clássica *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, Bloch argumenta que a tarefa do historiador consiste em compreender as transformações e permanências presentes nas sociedades, su-

perando visões limitadas que reduzem a história à descrição de acontecimentos políticos (Bloch, 2001).

De maneira semelhante, Lucien Febvre contribuiu para ampliar os horizontes da investigação histórica ao defender uma história-problema, preocupada em formular questões sobre a vida econômica, social e cultural das sociedades. A proposta de Febvre enfatizava a necessidade de diálogo entre diferentes campos do conhecimento, reconhecendo que os fenômenos históricos resultam da interação entre diversos fatores estruturais. Essa concepção representou um afastamento da ideia de causalidade simples e linear, permitindo uma compreensão mais ampla das forças que orientam as transformações históricas (Dosse, 2003).

Entretanto, foi com Fernand Braudel que o estruturalismo histórico e o conceito de longa duração alcançaram sua formulação mais sofisticada e exerceram maior influência sobre as ciências sociais contemporâneas. Integrante da segunda geração da Escola dos Annales, Braudel desenvolveu uma interpretação da história baseada na existência de diferentes ritmos temporais que coexistem e interagem entre si. Em oposição a uma história centrada exclusivamente nos eventos de curta duração, o autor propôs uma análise dividida em três níveis temporais: o tempo curto dos acontecimentos, o tempo médio das conjunturas econômicas e sociais e a longa duração das estruturas profundas que permanecem relativamente estáveis durante séculos (Braudel, 1992).

A longa duração, conceito central no pensamento braudeliano, refere-se às estruturas históricas que se modificam de maneira lenta e que condicionam a organização das sociedades por extensos períodos. Essas estruturas podem incluir fatores geográficos, padrões econômicos, formas de organização social, sistemas de produção, redes comerciais e mentalidades coletivas. Embora não sejam imutáveis, possuem uma permanência temporal muito superior à dos acontecimentos políticos e das crises conjunturais. Para Braudel, compreender a história exige identificar essas camadas profundas da realidade social, pois elas representam o quadro dentro do qual os eventos históricos se desenvolvem (Braudel, 1992).

Essa perspectiva provocou uma mudança significativa no modo como os historiadores e cientistas sociais interpretavam os processos de transformação social. Enquanto abordagens tradicionais tendiam a explicar as mudanças históricas por meio de revoluções, guerras ou decisões de líderes políticos, o enfoque da longa duração buscou revelar os mecanismos estruturais que antecedem e condicionam esses acontecimentos. Isso não significa negar a importância dos eventos, mas reconhecer que eles adquirem significado apenas quando inseridos em contextos históricos mais amplos, determinados por estruturas econômicas e sociais de longa permanência (Burke, 2010).

A obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* representam a aplicação mais emblemática dessa metodologia. Nela, Braudel demonstra que a história da região mediterrânea não poderia ser explicada exclusivamente pelos acontecimentos políticos relacionados ao reinado de Filipe II da Espanha. Pelo contrário, a dinâmica da região resultava da interação entre fatores geográficos, rotas comerciais, estruturas econômicas, movimentos populacionais e formas de organização social construídas ao longo de vários séculos. Essa análise revelou que o tempo histórico é composto por múltiplas camadas temporais e que a compreensão dos grandes processos sociais exige uma investigação que ultrapasse os limites da história factual (Braudel, 1995).

As contribuições do estruturalismo histórico e da longa duração exerceram profunda influência sobre diversas correntes das ciências sociais, especialmente aquelas interessadas em compreender o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. A partir dessa perspectiva, tornou-se possível analisar o capitalismo não como um fenômeno recente ou restrito às economias nacionais, mas como um sistema histórico de longa formação, marcado pela expansão das relações mercantis, pela constituição de redes comerciais transcontinentais e pela construção de hierarquias econômicas entre diferentes regiões do mundo.

Essa interpretação foi decisiva para a formulação da Teoria dos Sistemas-Mundo por Immanuel Wallerstein, que incorporou diretamente a metodologia da longa duração para estudar a formação e a evolução da economia-mundo capitalista. Influenciado pela tradição dos *Annales*, especialmente pelas contribuições de Braudel, Wallerstein rejeitou análises centradas exclusivamente no Estado-nação e propôs que a unidade adequada de análise deveria ser o sistema histórico global. Dessa forma, os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento passaram a ser interpretados como expressões das relações estruturais estabelecidas dentro de um sistema mundial caracterizado pela divisão internacional do trabalho, pela acumulação de capital e pelas relações de poder entre centro, semiperiferia e periferia (Wallerstein, 2004).

A adoção do método histórico-estrutural permitiu a Wallerstein compreender o capitalismo como uma estrutura social de longa duração, cuja origem remonta à expansão da economia europeia durante os séculos XVI e XVII. Segundo essa interpretação, o sistema

capitalista não pode ser explicado apenas por mudanças tecnológicas ou decisões políticas específicas, mas deve ser entendido como o resultado de um processo histórico complexo envolvendo expansão comercial, colonialismo, formação de mercados internacionais e estabelecimento de relações desiguais de troca entre diferentes regiões do planeta (Wallerstein, 2011).



## Capítulo 3

# IMMANUEL WALLERSTEIN E A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO



A Teoria dos Sistemas-Mundo representa uma das mais influentes contribuições para a renovação da Economia Política contemporânea, ao propor uma interpretação histórica e estrutural do desenvolvimento do capitalismo em escala global. Elaborada principalmente por Immanuel Wallerstein a partir da década de 1970, essa perspectiva rompe com as análises tradicionais centradas no Estado-nação como unidade autônoma de investigação, defendendo que os fenômenos econômicos, políticos e sociais somente podem ser plenamente compreendidos quando inseridos no contexto de um sistema histórico mais amplo, marcado por relações de interdependência, hierarquia e desigualdade entre diferentes regiões do mundo (Wallerstein, 2004).

A construção desse paradigma teórico resulta da articulação de diversas tradições intelectuais que influenciaram o pensamento de Wallerstein, entre as quais se destacam a crítica marxista da economia política, a teoria da dependência latino-americana, o estruturalismo histórico e a perspectiva da longa duração desenvolvida pela Escola dos Annales, especialmente nas obras de Fernand Braudel (Braudel, 1992; Wallerstein, 2011). A partir desse diálogo interdisciplinar, Wallerstein desenvolveu uma abordagem capaz de interpretar o capitalismo não como um fenômeno restrito às fronteiras nacionais, mas como um sistema histórico mundial cuja expansão, desde o século XVI, foi sustentada pela divisão internacional do trabalho, pela acumulação incessante de capital e pela constituição de uma estrutura hierárquica formada por regiões centrais, semiperiféricas e periféricas.

Dessa maneira, o presente capítulo tem como objetivo examinar a trajetória intelectual de Immanuel Wallerstein e os fundamentos que possibilitaram a formulação da Teoria dos Sistemas-Mundo, destacando seus principais conceitos e categorias analíticas. Para isso, serão discutidas as influências teóricas que moldaram seu pensamento, a concepção de economia-mundo capitalista, a lógica da divisão internacional do trabalho, os mecanismos de acumulação e expansão do capital, bem como as relações de hegemonia e mudança sistêmica que caracterizam a dinâmica do capitalismo mundial. A análise desses elementos é fundamental para compreender a originalidade e a relevância da obra de Wallerstein para os estudos sobre Economia Política Internacional e para as interpretações contemporâneas das desigualdades e transformações da ordem global.

## **TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE IMMANUEL WALLERSTEIN**

A trajetória intelectual de Immanuel Wallerstein representa uma das mais significativas contribuições ao desenvolvimento das ciências sociais contemporâneas, especialmente no campo da Economia Política histórica, da sociologia do desenvolvimento e da análise das relações internacionais. Sua produção teórica promoveu uma profunda revisão das formas tradicionais de compreender o capitalismo, o desenvolvimento e a organização das sociedades modernas, deslocando o foco analítico do Estado-nação como unidade central de investigação para uma perspectiva mais ampla, baseada na existência de um sistema histórico global marcado por relações de interdependência, desigualdade e acumulação capitalista. A construção de sua Teoria dos Sistemas-Mundo não surgiu de maneira isolada, mas resultou de um longo processo de formação intelectual, influenciado por diferentes tradições teóricas, experiências acadêmicas e contextos históricos que moldaram sua interpretação acerca da dinâmica da moderni-

dade capitalista (Wallerstein, 2004).

Immanuel Maurice Wallerstein nasceu em 28 de setembro de 1930, na cidade de Nova York, Estados Unidos, em uma família de origem judaica que possuía forte interesse por questões políticas e pelos acontecimentos internacionais. Desde a juventude, Wallerstein demonstrou grande interesse pelos conflitos geopolíticos, pelos processos de transformação social e pelos movimentos políticos que marcavam o século XX. A experiência de crescer durante um período marcado pela Segunda Guerra Mundial, pela reorganização da ordem internacional e pelo início da Guerra Fria contribuiu para despertar sua preocupação com as desigualdades globais e com as relações de poder estabelecidas entre diferentes regiões do mundo (Chase-Dunn; Babones, 2007).

Sua formação acadêmica ocorreu na Universidade Columbia, uma das instituições mais influentes da sociologia norte-americana do século XX. Nesse ambiente, Wallerstein teve contato com importantes debates metodológicos e teóricos da sociologia, sendo particularmente influenciado pela tradição da sociologia histórica e pela preocupação em analisar os fenômenos sociais a partir de processos de longa duração. Obteve seu bacharelado em 1951, o título de mestre em 1954 e concluiu seu doutorado em 1959, todos pela Universidade Columbia. Durante esse período, foi influenciado por intelectuais ligados à tradição sociológica norte-americana, especialmente pelas contribuições de autores que buscavam compreender as relações entre estrutura social, mudança histórica e processos políticos (Goldfrank, 2000).

Os primeiros trabalhos de Wallerstein estiveram profundamente relacionados ao estudo da África e dos processos de descolonização ocorridos no período pós-Segunda Guerra Mundial. Diferentemente de grande parte dos cientistas sociais ocidentais da época, que analisavam os países africanos a partir de perspectivas desenvolvimentistas e evolucionistas, Wallerstein procurou compreender os movimentos nacionalistas africanos como fenômenos históricos vinculados às estruturas globais de poder estabelecidas pelo colonialismo europeu. Seu interesse pela África resultou em uma série de estudos sobre os movimentos de independência, a formação dos novos Estados nacionais e as dificuldades enfrentadas por essas sociedades em sua inserção na economia internacional (Wallerstein, 1961; Wallerstein, 1967).

A análise das sociedades africanas constituiu um momento decisivo em sua evolução intelectual, pois levou Wallerstein a questionar os pressupostos dominantes da teoria da modernização. Durante as décadas de 1950 e 1960, autores ligados ao paradigma da modernização defendiam que todos os países percorriam etapas semelhantes de desenvolvimento, podendo alcançar os níveis econômicos e sociais das sociedades industrializadas mediante a adoção de determinadas instituições políticas, tecnologias e modelos econômicos. Essa interpretação possuía forte influência no contexto da Guerra Fria, sendo amplamente utilizada por governos e organismos internacionais como um modelo explicativo para os desafios do chamado Terceiro Mundo (Rostow, 1974).

Contudo, a observação das experiências africanas demonstrava que os obstáculos ao desenvolvimento não poderiam ser compreendidos exclusivamente como consequências de fatores internos, como ausência de tecnologia, instituições inadequadas ou falta de capital. Para Wallerstein, as condições de subdesenvolvimento estavam profundamente relacionadas à história da expansão

colonial, à inserção subordinada desses territórios no mercado mundial e às relações econômicas desiguais estabelecidas entre as antigas metrópoles e as novas nações independentes. Essa percepção aproximou suas reflexões das discussões desenvolvidas pela teoria da dependência, especialmente das análises que enfatizavam o caráter estrutural das desigualdades internacionais (Frank, 1967; Amin, 1976).

A influência da teoria da dependência representou um dos pilares fundamentais na construção do pensamento de Wallerstein. André Gunder Frank, Samir Amin e outros intelectuais críticos ao paradigma da modernização argumentavam que o desenvolvimento do capitalismo mundial produzia simultaneamente riqueza em determinadas regiões e pobreza em outras, criando uma estrutura internacional baseada em relações de dependência e exploração. Essa visão contribuiu para que Wallerstein passasse a interpretar o capitalismo não como uma soma de economias nacionais independentes, mas como um sistema integrado de relações econômicas, políticas e sociais que ultrapassava as fronteiras dos Estados (Frank, 1967; Amin, 1976).

Apesar da forte influência da teoria da dependência, Wallerstein desenvolveu uma perspectiva própria ao ampliar a escala temporal e espacial da análise. Enquanto muitos teóricos da dependência concentravam suas investigações nas relações entre países industrializados e países periféricos durante os séculos XIX e XX, Wallerstein buscou compreender as origens históricas dessas desigualdades a partir do surgimento do capitalismo moderno na Europa ocidental durante o longo século XVI. Essa abordagem permitiu analisar a formação de uma economia-mundo capitalista caracterizada por uma divisão internacional do trabalho, pela expansão contínua dos mercados e pela busca incessante da acumulação de capital (Wallerstein, 1974).

Outro elemento fundamental na formação de sua perspectiva intelectual foi a influência da historiografia francesa dos Annales, especialmente das contribuições de Fernand Braudel. A concepção braudeliana da longa duração forneceu a Wallerstein instrumentos metodológicos essenciais para compreender os sistemas sociais como estruturas históricas que se desenvolvem ao longo de extensos períodos de tempo. Braudel defendia que a história não deveria concentrar-se exclusivamente em acontecimentos políticos pontuais, mas também nas estruturas econômicas, sociais e culturais que condicionam as transformações históricas de longo prazo (Braudel, 1996).

Ao incorporar essa perspectiva, Wallerstein passou a defender que a análise do capitalismo exigia uma abordagem histórica capaz de ultrapassar os limites temporais tradicionais das ciências sociais. Em sua crítica à divisão disciplinar entre economia, sociologia, ciência política e história, argumentava que essas separações eram construções intelectuais associadas ao desenvolvimento das universidades modernas e que frequentemente dificultavam a compreensão de fenômenos complexos. Dessa forma, propôs uma ciência social histórica integrada, na qual os processos econômicos, políticos e culturais fossem estudados como dimensões inseparáveis de um mesmo sistema histórico (Wallerstein, 1991).

Essa crítica à fragmentação do conhecimento constituiu um dos aspectos mais inovadores de sua trajetória intelectual. Para Wallerstein, os grandes problemas do mundo moderno — como desigualdade, imperialismo, crises econômicas e transformações hegemônicas — não poderiam ser compreendidos por

meio de análises restritas a fronteiras nacionais ou disciplinas isoladas. Era necessário construir uma abordagem capaz de investigar a totalidade das relações sociais que estruturavam o sistema capitalista mundial, considerando simultaneamente seus aspectos econômicos, políticos e históricos (Wallerstein, 2006).

O amadurecimento dessas influências culminou, na década de 1970, na formulação da Teoria dos Sistemas-Mundo, apresentada inicialmente em sua obra mais conhecida, *The Modern World-System*, publicada em 1974. Nessa obra, Wallerstein propôs uma interpretação histórica da emergência do capitalismo moderno, argumentando que o sistema capitalista não se desenvolveu a partir da consolidação de economias nacionais autônomas, mas como uma economia-mundo integrada, cuja característica fundamental era a existência de uma divisão internacional do trabalho que distribuía de forma desigual as atividades econômicas e os benefícios da acumulação de capital (Wallerstein, 1974).

A publicação de *The Modern World-System* marcou uma ruptura significativa com os paradigmas dominantes das ciências sociais do período. Ao rejeitar tanto as perspectivas desenvolvimentistas quanto as explicações centradas exclusivamente nos Estados nacionais, Wallerstein estabeleceu as bases de uma nova interpretação da história do capitalismo, enfatizando as relações estruturais entre centro, periferia e semiperiferia como elementos fundamentais para a compreensão das desigualdades globais.

A formulação da Teoria dos Sistemas-Mundo consolidou Immanuel Wallerstein como um dos principais intelectuais críticos das ciências sociais no final do século XX. Entretanto, sua contribuição não se limitou à apresentação de uma nova interpretação da história do capitalismo. A partir da publicação de *The Modern World-System*, Wallerstein passou a desenvolver um amplo programa de investigação voltado à compreensão das transformações estruturais do sistema capitalista mundial, buscando identificar seus mecanismos de funcionamento, suas contradições internas e os processos históricos responsáveis por sua expansão, estabilidade e crise. Essa agenda de pesquisa esteve fundamentada na ideia de que o capitalismo deve ser compreendido como um sistema histórico singular, caracterizado pela busca incessante da acumulação infinita de capital e pela constante reorganização das relações econômicas e políticas em escala mundial (Wallerstein, 1979; Wallerstein, 2011).

Um dos aspectos mais relevantes do pensamento de Wallerstein foi sua análise sobre a constituição da estrutura hierárquica do sistema capitalista, organizada em zonas de centro, semiperiferia e periferia. Essa classificação permitiu compreender que a desigualdade entre as diferentes regiões do mundo não corresponde a uma condição temporária ou a uma etapa natural do desenvolvimento, mas constitui uma característica estrutural da própria lógica de funcionamento do capitalismo histórico. As regiões centrais concentram atividades econômicas de maior valor agregado, tecnologia avançada, capacidade militar e influência política, enquanto as regiões periféricas são frequentemente especializadas na produção de matérias-primas e em atividades intensivas em trabalho com menor capacidade de acumulação. Entre esses dois polos, a semiperiferia desempenha um papel intermediário, funcionando como elemento de estabilidade do sistema e como espaço de disputas econômicas e políticas (Wallerstein, 1974; Arrighi, 1994).

A noção de semiperiferia representou uma das inovações mais importantes

da teoria de Wallerstein. Diferentemente das interpretações dualistas que separavam o mundo apenas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sua proposta reconhecia a existência de posições intermediárias capazes de desempenhar papéis econômicos e políticos específicos na manutenção da ordem global. Os Estados semiperiféricos apresentam características simultâneas de exploração e subordinação, pois participam da exploração das regiões periféricas, mas permanecem subordinados às estruturas de poder estabelecidas pelos países centrais. Essa compreensão permitiu explicar, por exemplo, processos de ascensão econômica de determinadas regiões, bem como os deslocamentos de poder ocorridos ao longo da história do capitalismo (Wallerstein, 2004).

Outro eixo fundamental da trajetória intelectual de Wallerstein foi o estudo dos ciclos de hegemonia e das transformações no equilíbrio de poder dentro da economia-mundo capitalista. Embora esse tema tenha sido desenvolvido de maneira aprofundada por autores próximos à tradição dos sistemas-mundo, como Giovanni Arrighi, Wallerstein também destacou que o sistema capitalista é marcado por períodos de predominância de determinados Estados ou blocos econômicos, que conseguem exercer liderança econômica, política e militar em determinados momentos históricos (Arrighi, 1996; Wallerstein, 1984).

Segundo essa interpretação, a hegemonia não é um fenômeno permanente, mas um processo histórico sujeito a ciclos de ascensão, consolidação e declínio. A trajetória das Províncias Unidas no século XVII, do Reino Unido no século XIX e dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial são exemplos de momentos hegemônicos que organizaram a economia-mundo em diferentes períodos históricos. No entanto, as próprias dinâmicas de expansão capitalista geram condições que enfraquecem essas hegemonias, provocando disputas entre diferentes centros de poder e abrindo espaço para períodos de instabilidade sistêmica (Wallerstein, 1984; Arrighi, 1996).

Ao longo de sua trajetória, Wallerstein também aprofundou sua crítica às bases epistemológicas das ciências sociais modernas. Para ele, a divisão disciplinar estabelecida no século XIX entre Economia, Sociologia, Ciência Política e História criou barreiras artificiais para a compreensão da realidade social. Essa fragmentação refletia, em grande medida, as necessidades intelectuais da própria ordem liberal do mundo moderno, que buscava separar artificialmente esferas que, na prática histórica, encontram-se profundamente interligadas (Wallerstein, 1996).

Essa preocupação tornou-se particularmente evidente em sua participação na Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais, da qual foi presidente. O relatório produzido pela comissão, publicado sob o título *Open the Social Sciences (Para abrir as Ciências Sociais)*, defendia a necessidade de superar os limites disciplinares tradicionais e construir uma ciência social mais histórica, interdisciplinar e capaz de compreender os processos globais contemporâneos (Wallerstein, 1996).

A proposta de uma ciência social histórica constituiu uma das principais contribuições metodológicas de Wallerstein. Em oposição às abordagens positivistas que buscavam formular leis universais e atemporais sobre a sociedade, ele argumentava que os fenômenos sociais deveriam ser analisados como construções históricas específicas, inseridas em contextos particulares de tempo e espaço. Dessa forma, conceitos como Estado, mercado, desenvolvimento e capitalismo não poderiam ser tratados como categorias naturais ou universais, mas

como produtos de determinados processos históricos associados ao surgimento e à expansão da modernidade capitalista (Wallerstein, 2004).

Outro aspecto relevante de sua trajetória intelectual foi o diálogo estabelecido com diferentes tradições críticas, especialmente o marxismo. Embora Wallerstein reconhecesse a profunda influência da obra de Karl Marx em sua interpretação do capitalismo, ele procurou desenvolver uma leitura própria da tradição marxista. Seu interesse estava menos concentrado na análise do capitalismo dentro das fronteiras nacionais e mais voltado para a compreensão da acumulação de capital como um processo global. Nesse sentido, sua teoria pode ser considerada uma ampliação da crítica marxista da economia política, ao deslocar a análise das relações de exploração para o espaço da economia-mundo como um todo (Wallerstein, 1979; Amin, 1997).

Essa posição, contudo, também gerou debates e críticas. Alguns autores marxistas argumentaram que a Teoria dos Sistemas-Mundo atribui demasiada importância às trocas internacionais e às relações entre regiões, reduzindo o papel das relações de classe e da dinâmica interna dos modos de produção nacionais. Outros críticos apontaram que a ênfase estrutural de Wallerstein poderia limitar a compreensão da ação dos sujeitos históricos, dos movimentos sociais e das transformações culturais que influenciam as mudanças sociais (Brenner, 1977; Skocpol, 1977).

Apesar dessas críticas, a obra de Wallerstein manteve grande influência no debate acadêmico internacional. Sua abordagem foi aplicada ao estudo de diferentes temas, incluindo colonialismo, imperialismo, relações internacionais, desenvolvimento econômico, movimentos sociais, desigualdades globais e processos de globalização. A amplitude de seu pensamento permitiu que a Teoria dos Sistemas-Mundo se tornasse um dos paradigmas mais influentes da sociologia histórica e da Economia Política Internacional contemporânea (Chase-Dunn; Babones, 2007).

Nas últimas décadas de sua vida, Wallerstein dedicou grande parte de sua produção intelectual à análise da crise estrutural do sistema capitalista. Para o autor, o capitalismo histórico entrou em um período de instabilidade profunda a partir do final do século XX, caracterizado pela redução da capacidade do sistema de reproduzir suas formas tradicionais de acumulação. O aumento das desigualdades, as crises financeiras recorrentes, os conflitos geopolíticos, os problemas ambientais e a perda de legitimidade das instituições políticas seriam manifestações de uma crise sistêmica de longo prazo, indicando a possibilidade de uma transformação histórica profunda (Wallerstein, 2003; Wallerstein, 2011).

Nessa fase de sua obra, Wallerstein rejeitou interpretações que concebiam o futuro como uma simples continuidade do capitalismo existente. Para ele, os sistemas históricos possuem ciclos de vida, passando por momentos de surgimento, desenvolvimento, crise e substituição. Assim como outros sistemas históricos anteriores foram superados, a economia-mundo capitalista também estaria sujeita a um processo de transformação cujos resultados dependeriam das disputas políticas e sociais realizadas pelos diferentes atores históricos (Wallerstein, 2004).

A trajetória intelectual de Immanuel Wallerstein revela, portanto, um esforço contínuo de construção de uma interpretação histórica e totalizante da sociedade moderna. Desde seus primeiros estudos sobre a África e o colonialismo até suas análises finais sobre a crise do capitalismo, seu pensamento manteve como

preocupação central a compreensão das estruturas de poder que organizam a economia mundial. Sua obra estabeleceu uma ruptura com os modelos tradicionais de análise centrados no Estado-nação e contribuiu para a consolidação de uma perspectiva que interpreta o capitalismo como um sistema histórico global, caracterizado por desigualdades estruturais, disputas hegemônicas e constantes processos de transformação.

Mesmo após seu falecimento, em 2019, o legado intelectual de Wallerstein permanece presente nos debates contemporâneos sobre globalização, desenvolvimento, geopolítica e crise do capitalismo. Suas categorias analíticas continuam sendo mobilizadas para interpretar fenômenos como a ascensão de novas potências econômicas, a reconfiguração da ordem internacional, a persistência das desigualdades globais e os desafios ambientais que atravessam o século XXI. Dessa forma, a trajetória intelectual de Wallerstein não se limita à elaboração de uma teoria específica, mas representa uma contribuição duradoura para a renovação crítica das ciências sociais e para a compreensão das múltiplas dimensões históricas do sistema capitalista mundial.

A influência de Immanuel Wallerstein sobre as ciências sociais contemporâneas também pode ser compreendida a partir de sua capacidade de estabelecer um diálogo entre diferentes tradições intelectuais, ultrapassando fronteiras disciplinares e nacionais. Sua obra reuniu elementos da crítica marxista da economia política, da historiografia dos Annales, da teoria da dependência latino-americana e da sociologia histórica, constituindo uma abordagem interdisciplinar capaz de analisar a complexidade dos processos sociais em escala mundial. Essa articulação teórica demonstra que o pensamento de Wallerstein não representou uma simples continuidade de correntes anteriores, mas uma reconstrução original de diferentes matrizes analíticas voltadas à compreensão da emergência, expansão e crise do capitalismo histórico (Wallerstein, 2004; Arrighi, 1994).

A originalidade de sua produção intelectual reside especialmente na redefinição da unidade de análise das ciências sociais. Enquanto grande parte das abordagens tradicionais considerava o Estado-nação como principal espaço de organização econômica e política, Wallerstein argumentou que o verdadeiro objeto de análise deveria ser o sistema histórico mais amplo no qual esses Estados estavam inseridos. Assim, o conceito de economia-mundo capitalista permitiu compreender que as sociedades nacionais não se desenvolvem de forma isolada, mas a partir de relações históricas de competição, dependência, cooperação e exploração estabelecidas no interior de uma estrutura global de acumulação de capital (Wallerstein, 1974).

Essa mudança de perspectiva teve importantes consequências para os estudos sobre desenvolvimento e desigualdade internacional. Ao rejeitar a ideia de que os países periféricos estariam simplesmente em um estágio inicial de uma trajetória linear rumo ao desenvolvimento, Wallerstein demonstrou que o subdesenvolvimento deveria ser entendido como uma posição estrutural produzida pela própria dinâmica do capitalismo mundial. Nesse sentido, riqueza e pobreza não seriam fenômenos independentes, mas processos historicamente interligados, nos quais a expansão e o fortalecimento das regiões centrais estiveram associados à subordinação econômica de outras regiões do planeta (Frank, 1967; Amin, 1976).

A perspectiva wallersteiniana também influenciou significativamente os es-

tudos sobre colonialismo e imperialismo. Ao analisar a expansão europeia a partir do século XVI, Wallerstein evidenciou que a formação da economia-mundo capitalista esteve diretamente relacionada à incorporação de diferentes territórios mediante relações comerciais desiguais, exploração do trabalho e controle político-militar. A colonização das Américas, da África e de partes da Ásia não deve ser compreendida apenas como um processo de dominação territorial, mas como um componente fundamental da constituição de um sistema econômico global baseado na divisão internacional do trabalho e na concentração de riqueza em determinados centros de poder (Wallerstein, 1974; Braudel, 1996).

A contribuição de Wallerstein também se estende às reflexões sobre a temporalidade histórica e os mecanismos de mudança social. Inspirado pelo conceito braudeliano de longa duração, o autor defendia que as transformações estruturais do capitalismo não poderiam ser explicadas por acontecimentos isolados ou por mudanças conjunturais de curto prazo. Era necessário identificar os processos históricos profundos, as continuidades e as contradições internas que moldam o desenvolvimento dos sistemas sociais. Essa abordagem permitiu compreender o capitalismo como uma realidade histórica transitória, sujeita a períodos de expansão, crise e eventual transformação (Braudel, 1996; Wallerstein, 2011).

Além de sua relevância teórica, o legado de Wallerstein pode ser observado na criação de redes internacionais de pesquisa dedicadas ao estudo dos sistemas-mundo. O desenvolvimento da perspectiva dos sistemas-mundo estimulou a formação de um amplo campo de investigação interdisciplinar, envolvendo pesquisadores da sociologia, economia, história, ciência política, geografia e relações internacionais. Pesquisadores como Giovanni Arrighi, Terence K. Hopkins, Christopher Chase-Dunn e Samir Amin expandiram, revisaram e aprofundaram diversos aspectos da análise sistêmica, demonstrando a vitalidade e a capacidade de renovação desse paradigma no estudo das transformações globais (Chase-Dunn; Babones, 2007).

Embora tenha recebido críticas relacionadas ao seu possível determinismo estrutural, ao reduzido espaço concedido à agência dos sujeitos sociais e à predominância da dimensão econômica em suas interpretações, a obra de Wallerstein permanece como um dos mais importantes referenciais críticos para a compreensão da sociedade contemporânea. Muitos desses debates, longe de diminuir sua importância, contribuíram para o aperfeiçoamento da abordagem dos sistemas-mundo, estimulando novas interpretações que incorporam questões relativas à cultura, gênero, raça, meio ambiente e às múltiplas formas de resistência presentes no sistema capitalista global (Wallerstein, 1991; Quijano, 2005).

A atualidade do pensamento de Wallerstein torna-se evidente diante das profundas mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XXI. A intensificação da competição geopolítica entre grandes potências, a reorganização das cadeias globais de produção, o aumento das desigualdades socioeconômicas, as crises financeiras internacionais e os desafios ambientais relacionados às mudanças climáticas são fenômenos que reforçam a necessidade de abordagens capazes de interpretar a sociedade a partir de uma perspectiva global e histórica. Nesse contexto, a Teoria dos Sistemas-Mundo continua oferecendo instrumentos analíticos relevantes para compreender as contradições e os limites da ordem capitalista contemporânea (Harvey, 2011; Wallerstein, 2011).

## CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO

A Teoria dos Sistemas-Mundo representa uma das mais influentes abordagens da Economia Política contemporânea para a compreensão das relações históricas, econômicas e políticas que estruturam o capitalismo em escala global. Desenvolvida principalmente por Immanuel Wallerstein a partir da década de 1970, essa perspectiva teórica promoveu uma ruptura significativa com os modelos tradicionais de análise social ao rejeitar a ideia de que os Estados nacionais constituem as unidades fundamentais para o entendimento dos processos econômicos e históricos. Em seu lugar, Wallerstein propôs a análise do sistema social em uma dimensão mais ampla, denominada sistema-mundo, compreendido como uma estrutura histórica que transcende as fronteiras nacionais e organiza as relações de produção, troca, dominação e acumulação em escala planetária (Wallerstein, 1974; Wallerstein, 2004).

A principal premissa da Teoria dos Sistemas-Mundo consiste na compreensão do capitalismo como um sistema histórico singular, surgido na Europa Ocidental durante o longo século XVI, cuja característica essencial é a existência de uma economia baseada na acumulação incessante de capital. Diferentemente dos sistemas sociais anteriores, nos quais os processos econômicos estavam subordinados principalmente a objetivos políticos ou religiosos, o capitalismo instituiu uma lógica de expansão contínua da produção e da busca pelo lucro. Para Wallerstein (2004), o capitalismo deve ser entendido como uma economia-mundo, ou seja, uma unidade econômica que ultrapassa os limites de qualquer organização política específica, integrando diferentes territórios por meio de uma complexa divisão internacional do trabalho.

O conceito de economia-mundo capitalista constitui, portanto, um dos fundamentos centrais dessa abordagem. A economia-mundo caracteriza-se pela existência de um espaço geográfico amplo e integrado por relações econômicas, no qual diferentes regiões desempenham funções distintas no processo de acumulação de capital. A unidade do sistema não depende da existência de um único governo ou império, mas da integração econômica baseada na produção, circulação e apropriação desigual de riquezas. Nesse sentido, o mercado mundial torna-se o principal mecanismo de articulação entre diferentes sociedades, permitindo a expansão do capitalismo para novas áreas geográficas e a incorporação progressiva de novos territórios à lógica da acumulação (Braudel, 1996; Wallerstein, 1974).

Outro conceito fundamental da Teoria dos Sistemas-Mundo é a divisão internacional do trabalho, entendida como o mecanismo que estabelece uma distribuição hierarquizada das atividades produtivas em escala mundial. Segundo essa perspectiva, as diferentes regiões inserem-se no sistema capitalista de maneira desigual, assumindo papéis específicos conforme sua posição estrutural na economia-mundo. As áreas que concentram atividades produtivas de maior valor agregado, elevado desenvolvimento tecnológico e maior capacidade de acumulação ocupam posições dominantes, enquanto aquelas especializadas em atividades intensivas em trabalho, extração de matérias-primas ou produção de bens menos complexos ocupam posições subordinadas (Wallerstein, 2004; Arrighi, 1996).

A partir dessa divisão internacional do trabalho, a Teoria dos Sistemas-Mundo estabelece a conhecida classificação entre centro, semiperiferia e periferia. As

regiões centrais correspondem aos espaços que concentram maior capacidade tecnológica, produtividade elevada, instituições políticas mais consolidadas e maior controle sobre os fluxos econômicos internacionais. Por outro lado, as regiões periféricas caracterizam-se pela dependência econômica, pela especialização em atividades menos rentáveis e pela vulnerabilidade às oscilações dos mercados globais. Entre essas duas posições localiza-se a semiperiferia, categoria fundamental para a estabilidade do sistema, uma vez que apresenta características intermediárias e desempenha funções de mediação econômica e política entre o centro e a periferia (Wallerstein, 1974; Arrighi, 1990).

A categoria da semiperiferia representa uma das contribuições mais originais da abordagem wallersteiniana. Diferentemente das interpretações dualistas que dividiam o mundo apenas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a Teoria dos Sistemas-Mundo reconhece a existência de uma posição intermediária composta por Estados que apresentam simultaneamente características de exploração e de dependência. Esses países podem exercer formas de dominação econômica sobre regiões periféricas ao mesmo tempo em que permanecem subordinados aos interesses dos Estados centrais. Essa posição intermediária contribui para a reprodução da estabilidade do sistema ao reduzir as tensões entre seus extremos e possibilitar processos de mobilidade relativa dentro da hierarquia mundial (Wallerstein, 2004).

A dinâmica das relações entre centro, semiperiferia e periferia está diretamente associada ao conceito de troca desigual. Embora o mercado mundial seja frequentemente apresentado pelas teorias econômicas liberais como um espaço de livre concorrência entre agentes equivalentes, a perspectiva dos sistemas-mundo argumenta que as relações comerciais internacionais são marcadas por profundas assimetrias estruturais. As regiões centrais conseguem apropriar-se de parcela significativa do excedente econômico mundial por meio do controle tecnológico, financeiro, militar e institucional, enquanto as regiões periféricas permanecem em condições de inserção subordinada no sistema global (Amin, 1976; Frank, 1967).

A análise da acumulação de capital ocupa posição central na interpretação de Wallerstein. Para o autor, a expansão do capitalismo depende da busca permanente pela maximização dos lucros, o que leva os agentes econômicos a reorganizarem continuamente os processos produtivos em escala internacional. Esse movimento favorece a transferência de atividades produtivas, a exploração de novas fontes de trabalho e recursos naturais e a incorporação de novos mercados consumidores. Dessa forma, o capitalismo possui uma tendência inerente à expansão geográfica e à reorganização constante da divisão internacional do trabalho (Wallerstein, 2004).

Associado à acumulação capitalista encontra-se o conceito de ciclos sistêmicos de expansão e crise. A Teoria dos Sistemas-Mundo rejeita a ideia de um desenvolvimento linear e contínuo do capitalismo, argumentando que sua história é marcada por períodos de crescimento, reorganização e instabilidade. As mudanças na liderança econômica global, os processos de transformação tecnológica e as crises financeiras são compreendidos como expressões das contradições internas do sistema. Nesse sentido, os estudos de Giovanni Arrighi aprofundaram a compreensão sobre os ciclos de acumulação e as transições hegemônicas, demonstrando como diferentes centros de poder econômico emergem, consolidam-se e posteriormente entram em declínio ao longo da história do capitalismo (Arrighi, 1996).

O conceito de hegemonia também desempenha papel essencial na compreensão da dinâmica dos sistemas-mundo. A hegemonia refere-se à capacidade temporária de determinado Estado central em estabelecer superioridade econômica, política, militar e cultural sobre o conjunto do sistema. Entretanto, diferentemente de um domínio absoluto, a hegemonia é considerada uma condição historicamente limitada, sujeita a processos de ascensão e declínio. A história da economia-mundo capitalista demonstra sucessivas fases hegemônicas associadas à predominância de determinados Estados, como os Países Baixos no século XVII, a Grã-Bretanha no século XIX e os Estados Unidos ao longo do século XX (Arrighi, 1996; Wallerstein, 2004).

Outro aspecto importante da Teoria dos Sistemas-Mundo corresponde à compreensão do sistema interestatal. Ainda que o capitalismo opere em uma escala global, ele não eliminou a existência dos Estados nacionais. Pelo contrário, os Estados constituem instituições essenciais para a manutenção da acumulação capitalista, pois garantem direitos de propriedade, regulam mercados, estabelecem políticas econômicas e defendem os interesses das classes dominantes em âmbito internacional. Entretanto, a capacidade de intervenção dos Estados é desigual, estando diretamente relacionada à posição que ocupam na hierarquia da economia-mundo (Wallerstein, 1979).

Além das dimensões econômicas e políticas, a abordagem dos sistemas-mundo também enfatiza a importância da longa duração histórica para a compreensão das estruturas sociais. Influenciado pela historiografia da Escola dos Annales, especialmente pelos trabalhos de Fernand Braudel, Wallerstein argumenta que os fenômenos sociais devem ser analisados a partir de processos históricos de longa duração, capazes de revelar permanências estruturais que não podem ser percebidas por análises restritas aos acontecimentos imediatos (Braudel, 1996). Essa perspectiva possibilita compreender o capitalismo não como um fenômeno recente ou exclusivamente econômico, mas como uma estrutura histórica complexa que se desenvolveu ao longo de vários séculos.

A contemporaneidade da Teoria dos Sistemas-Mundo pode ser observada em sua capacidade de interpretar fenômenos como a globalização econômica, a internacionalização das cadeias produtivas, a concentração de riqueza, a desigualdade entre países e as disputas geopolíticas pelo poder global. Pesquisadores contemporâneos têm utilizado e revisado os conceitos wallersteinianos para analisar a ascensão da Ásia, a reconfiguração das cadeias globais de valor, as transformações do trabalho e as novas formas de dependência tecnológica e financeira no século XXI (Chase-Dunn; Babones, 2006; Robinson, 2014). Embora existam críticas referentes ao determinismo estrutural e à menor atenção conferida às dimensões culturais e subjetivas da vida social, a abordagem permanece como um dos mais importantes paradigmas para compreender a complexidade das relações econômicas internacionais.

## **ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: CENTRO, SEMIPERIFERIA E PERIFERIA**

A concepção de economia-mundo capitalista constitui uma das categorias centrais da Teoria dos Sistemas-Mundo formulada por Immanuel Wallerstein, sendo fundamental para compreender a organização histórica e estrutural do

capitalismo em escala global. Diferentemente das abordagens tradicionais que tomam o Estado-nação como principal unidade de análise dos fenômenos econômicos e sociais, a perspectiva dos sistemas-mundo considera que o capitalismo deve ser entendido como um sistema histórico único, constituído por uma rede de relações econômicas, políticas e sociais que transcendem as fronteiras nacionais. Nessa interpretação, a economia-mundo capitalista caracteriza-se por uma divisão internacional do trabalho que distribui de maneira desigual os processos produtivos, a acumulação de riqueza e o exercício do poder entre diferentes regiões do planeta (Wallerstein, 2004).

Segundo Wallerstein (2004), a economia-mundo capitalista teve sua origem na Europa Ocidental durante o longo século XVI, quando a expansão comercial, o fortalecimento dos mercados internacionais e a consolidação de novas formas de organização produtiva permitiram a formação de um sistema econômico baseado na acumulação incessante de capital. Diferentemente dos impérios-mundo existentes em períodos anteriores, que possuíam uma estrutura política centralizada sob uma única autoridade imperial, a economia-mundo capitalista desenvolveu-se a partir de uma multiplicidade de Estados soberanos que, embora politicamente independentes, estavam economicamente integrados por meio de relações de troca e de uma divisão internacional do trabalho.

Nesse sistema, o capitalismo não se desenvolve de forma homogênea em todos os territórios. Ao contrário, sua própria dinâmica depende da existência de desigualdades estruturais entre diferentes regiões, permitindo que determinados espaços concentrem atividades produtivas de maior valor agregado e capacidade tecnológica, enquanto outros sejam especializados em atividades econômicas de menor complexidade e menor capacidade de acumulação. Essa divisão hierárquica do sistema mundial é expressa nas categorias de centro, semiperiferia e periferia, que representam posições relativas ocupadas por países e regiões dentro da economia-mundo capitalista (Wallerstein, 1974).

As regiões centrais correspondem aos espaços que concentram os maiores níveis de desenvolvimento tecnológico, produtividade econômica, capacidade financeira e poder político-militar. Historicamente, essas regiões foram capazes de controlar os segmentos mais rentáveis das cadeias produtivas internacionais, apropriando-se de uma parcela significativa dos excedentes gerados pela economia mundial. O domínio de tecnologias avançadas, a existência de instituições estatais fortalecidas, sistemas financeiros sofisticados e elevados níveis de qualificação da força de trabalho são algumas das características que permitiram aos países centrais manter posições privilegiadas no sistema internacional (Arrighi, 1996).

A condição central não é resultado de uma superioridade intrínseca de determinadas sociedades, mas de processos históricos de longa duração relacionados à expansão colonial, à exploração de territórios periféricos e à construção de mecanismos econômicos e políticos que favoreceram a concentração de riqueza em determinadas regiões do globo. Nesse sentido, a formação do capitalismo mundial esteve profundamente associada à expansão europeia, ao comércio colonial, à escravidão e à incorporação de diferentes territórios à lógica da acumulação capitalista. Esses processos possibilitaram a transferência de recursos naturais, trabalho e riqueza das regiões dominadas para os centros de poder econômico, estabelecendo padrões históricos de desigualdade que continuam a influenciar a ordem mundial contemporânea (Braudel, 1996; Frank, 1970).

Em contraposição às regiões centrais, as áreas periféricas ocupam posições subordinadas na divisão internacional do trabalho. Essas regiões tendem a ser especializadas na produção de matérias-primas, produtos agrícolas, bens de baixo valor agregado ou atividades que demandam mão de obra intensiva e de baixo custo. Como consequência, apresentam menor capacidade de controlar os processos de produção, inovação tecnológica e circulação financeira, tornando-se mais vulneráveis às oscilações dos mercados internacionais e às decisões tomadas pelos centros econômicos (Amin, 1976).

A dependência das regiões periféricas não representa apenas uma condição econômica momentânea, mas constitui um elemento estrutural da própria reprodução do sistema capitalista mundial. A transferência de excedentes da periferia para o centro ocorre por meio de diferentes mecanismos, incluindo relações comerciais desiguais, controle tecnológico, dependência financeira e assimetrias no poder de negociação entre Estados e corporações transnacionais. Dessa forma, o desenvolvimento dos países centrais encontra-se historicamente conectado ao subdesenvolvimento das regiões periféricas, uma interpretação que também foi amplamente desenvolvida pela teoria da dependência latino-americana (Frank, 1970; Dos Santos, 1978).

Entretanto, a estrutura da economia-mundo não é composta apenas por polos extremos de riqueza e pobreza. Wallerstein introduziu a categoria de semiperiferia para explicar a existência de regiões que ocupam uma posição intermediária dentro do sistema mundial. Os países semiperiféricos apresentam características simultâneas de centro e periferia: possuem determinados setores industriais desenvolvidos, maior capacidade tecnológica e relativa autonomia econômica quando comparados às regiões periféricas, mas permanecem subordinados às estruturas de poder econômico e político controladas pelos países centrais (Wallerstein, 1974).

A existência da semiperiferia possui uma importância estratégica para a estabilidade do sistema capitalista mundial. Segundo Wallerstein (2004), essa categoria atua como um elemento de mediação entre centro e periferia, reduzindo os conflitos decorrentes da extrema polarização econômica e permitindo a manutenção da estrutura hierárquica global. Além disso, os países semiperiféricos podem exercer formas limitadas de dominação sobre regiões periféricas ao mesmo tempo em que são subordinados às economias centrais. Essa posição ambígua evidencia que o sistema mundial não é estático, sendo marcado por processos contínuos de ascensão e declínio de Estados e regiões.

A mobilidade dentro da estrutura centro-semiperiferia-periferia constitui um dos aspectos mais complexos da Teoria dos Sistemas-Mundo. Embora a posição ocupada por um país seja condicionada por estruturas históricas de longa duração, mudanças econômicas, políticas e tecnológicas podem alterar a localização relativa dos Estados no sistema internacional. A ascensão de determinados países asiáticos, especialmente após a segunda metade do século XX, demonstra que processos de industrialização, investimento tecnológico e fortalecimento estatal podem favorecer movimentos de transição dentro da hierarquia mundial. Contudo, tais mudanças ocorrem em um contexto de intensa competição internacional e não eliminam necessariamente as desigualdades estruturais do capitalismo global (Arrighi, 2007).

O crescimento econômico de países como China, Coreia do Sul e outras eco-

nomias asiáticas tem provocado importantes debates sobre a atual configuração da economia-mundo capitalista. Alguns autores defendem que a emergência de novas potências econômicas representa uma transformação significativa na distribuição global de poder, indicando um possível deslocamento dos centros de acumulação do Ocidente para o Oriente. Outros pesquisadores argumentam que, apesar dessas mudanças, os mecanismos fundamentais de desigualdade, exploração e concentração de riqueza permanecem presentes, ainda que assumam novas formas associadas às cadeias globais de produção, ao capital financeiro e ao controle tecnológico (Harvey, 2011).

As transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo também exigem a atualização das categorias formuladas por Wallerstein. A intensificação da globalização econômica, a expansão das empresas transnacionais, a revolução tecnológica e a crescente importância do capital financeiro alteraram significativamente a organização da produção mundial. Atualmente, as cadeias globais de valor distribuem diferentes etapas do processo produtivo entre países centrais, semiperiféricos e periféricos, reproduzindo novas formas de interdependência e desigualdade. Países periféricos podem participar de setores industriais avançados, enquanto regiões centrais podem concentrar funções estratégicas relacionadas ao conhecimento, inovação, gestão financeira e propriedade intelectual (Gereffi, 2018).

Além das transformações econômicas, a abordagem da economia-mundo capitalista permanece relevante para compreender as disputas geopolíticas contemporâneas. A competição entre grandes potências, os conflitos comerciais, a busca pelo domínio de recursos estratégicos e as disputas por liderança tecnológica podem ser interpretados como expressões das mudanças nos ciclos de hegemonia do sistema mundial. A análise dos ciclos de expansão e declínio de potências hegemônicas, desenvolvida especialmente por Arrighi (1996), demonstra que o capitalismo histórico é marcado por sucessivas reorganizações dos centros de poder, sem que isso represente necessariamente a superação da lógica de acumulação de capital.

Apesar de sua significativa contribuição para a compreensão das desigualdades internacionais, a divisão entre centro, semiperiferia e periferia também recebeu críticas. Alguns estudiosos argumentam que a classificação pode simplificar excessivamente a diversidade das experiências nacionais e reduzir a importância de fatores internos, como instituições políticas, cultura e estratégias de desenvolvimento. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais também apontam que a análise econômica deve ser complementada por uma compreensão mais ampla das relações de poder associadas ao colonialismo, à produção de conhecimento e às formas de dominação cultural (Quijano, 2005; Mignolo, 2011).

## **CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA CAPITALISTA: HEGEMONIA E MUDANÇA SISTÊMICA**

O capitalismo histórico, segundo Wallerstein, caracteriza-se pela permanente busca da acumulação infinita de capital. Sua dinâmica depende da expansão contínua dos mercados, da incorporação de novas áreas geográficas ao circuito da economia-mundo, da exploração de diferentes formas de trabalho e da capacidade de reduzir os custos da produção. Todavia, os mecanismos que

possibilitam sua expansão também produzem contradições que, em determinados momentos históricos, reduzem sua capacidade de reprodução. O aumento dos custos de trabalho, a elevação das despesas estatais, os limites ambientais à exploração dos recursos naturais e a crescente dificuldade de encontrar novas fronteiras de expansão constituem fatores que podem conduzir o sistema a uma situação de crise estrutural (Wallerstein, 2011).

Na perspectiva dos sistemas-mundo, uma crise estrutural distingue-se das crises cíclicas típicas do capitalismo. As crises cíclicas correspondem às oscilações periódicas dos processos de produção, comércio e investimento, sendo geralmente superadas por meio de ajustes econômicos, inovações tecnológicas, expansão territorial ou reorganização das relações produtivas. Já as crises estruturais indicam um estágio em que os mecanismos tradicionais de adaptação deixam de ser suficientes para restaurar as condições anteriores de funcionamento do sistema. Trata-se de períodos históricos marcados por intensa instabilidade, nos quais diferentes forças sociais e políticas disputam a configuração da ordem que sucederá a estrutura em declínio (Wallerstein, 1998).

Essa interpretação encontra suas bases em uma tradição intelectual que remonta à crítica da economia política de Karl Marx. Ao analisar o capitalismo como um sistema historicamente determinado, Marx demonstrou que as crises não são fenômenos externos ao modo de produção capitalista, mas resultam de suas próprias contradições internas. A tendência à concentração de capital, a busca incessante pelo aumento da produtividade, a substituição do trabalho vivo por máquinas e as dificuldades relacionadas à realização da mais-valia configuram elementos que podem produzir crises recorrentes de superprodução e de lucratividade (Marx, 2017). Embora Wallerstein não reproduza integralmente a teoria marxiana das crises, sua análise incorpora a ideia de que o capitalismo contém tensões estruturais que podem comprometer sua própria continuidade histórica.

Além das contribuições marxistas, a compreensão das crises sistêmicas foi ampliada pelos estudos de longa duração desenvolvidos por Fernand Braudel. Para Braudel, o capitalismo deve ser compreendido como um fenômeno histórico de longa temporalidade, cuja evolução está associada à interação entre estruturas econômicas, relações de poder e transformações sociais que se desenvolvem ao longo de séculos (Braudel, 1996). Essa perspectiva influenciou diretamente a Teoria dos Sistemas-Mundo ao permitir uma análise que ultrapassa os eventos imediatos e identifica padrões históricos de ascensão, consolidação e declínio das estruturas hegemônicas.

A questão da hegemonia ocupa lugar privilegiado na interpretação das mudanças sistêmicas. No contexto da economia-mundo capitalista, a hegemonia refere-se à capacidade de determinado Estado central de exercer liderança econômica, política, militar e cultural sobre o conjunto do sistema internacional. Essa liderança não decorre exclusivamente da força coercitiva, mas da combinação entre superioridade produtiva, capacidade financeira, domínio tecnológico e influência institucional, possibilitando a definição das regras que organizam as relações globais (Arrighi, 1996).

A noção de hegemonia possui importantes fundamentos nas reflexões de Antonio Gramsci sobre o exercício do poder nas sociedades capitalistas. Embora suas análises estivessem voltadas principalmente às relações sociais internas dos

Estados, seu conceito de hegemonia foi posteriormente adaptado para a compreensão das relações internacionais. Gramsci argumentava que a dominação mais estável não depende apenas da coerção, mas também da construção de consenso e da capacidade de uma classe ou grupo dirigente apresentar seus interesses particulares como se fossem interesses universais (Gramsci, 2001). Na esfera internacional, essa lógica permite compreender como determinadas potências conseguem estabelecer uma ordem mundial que beneficia seus próprios interesses ao mesmo tempo em que é percebida como legítima por outros atores.

Segundo a interpretação de Giovanni Arrighi, a história do capitalismo moderno pode ser compreendida como uma sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais diferentes centros hegemônicos assumiram, em momentos distintos, a liderança da economia mundial. Inicialmente, cidades-Estado italianas, especialmente Gênova, desempenharam papel fundamental na articulação das redes financeiras e comerciais da economia europeia. Posteriormente, a hegemonia deslocou-se para as Províncias Unidas dos Países Baixos no século XVII, para a Inglaterra nos séculos XVIII e XIX e, após a Segunda Guerra Mundial, para os Estados Unidos no século XX (Arrighi, 1996).

Cada ciclo hegemônico apresenta uma fase inicial de expansão material, caracterizada pelo crescimento da produção, do comércio e da inovação tecnológica, seguida por uma fase de expansão financeira, na qual os investimentos se deslocam progressivamente da produção para as atividades financeiras. Para Arrighi, esse movimento de financeirização representa um sinal do amadurecimento e do enfraquecimento da hegemonia vigente, indicando que o centro dominante encontra dificuldades para manter sua superioridade produtiva frente aos concorrentes emergentes (Arrighi, 1996).

A ascensão dos Estados Unidos após 1945 constituiu um dos mais significativos momentos de reorganização da economia-mundo capitalista. A superioridade industrial norte-americana, sua capacidade tecnológica, seu poder militar e sua influência sobre instituições internacionais permitiram a construção de uma ordem internacional baseada em organismos multilaterais, na expansão do comércio global e na consolidação do dólar como principal moeda das transações internacionais. Esse período ficou marcado por um elevado crescimento econômico, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, quando o modelo de produção fordista e o Estado de bem-estar social contribuíram para a expansão do consumo de massas nos países centrais (Harvey, 1992).

Entretanto, a partir da década de 1970, começaram a emergir sinais de esgotamento do padrão de acumulação estabelecido no pós-guerra. A crise do petróleo, a redução das taxas de lucro, a intensificação da concorrência internacional, especialmente por parte do Japão e da Europa Ocidental, e a crescente importância das finanças globais evidenciaram transformações profundas na estrutura do capitalismo mundial. O modelo fordista deu lugar a formas mais flexíveis de organização da produção, marcadas pela descentralização industrial, pela globalização das cadeias produtivas e pela predominância crescente do capital financeiro (Harvey, 1992; Chesnais, 1996).

Nesse contexto, diversos autores passaram a discutir a possibilidade de um processo de declínio relativo da hegemonia norte-americana. Para Wallerstein, o enfraquecimento dos Estados Unidos não deve ser interpretado como o simples

desaparecimento de uma potência, mas como parte de uma crise mais ampla da estrutura do sistema-mundo capitalista. A perda da capacidade de exercer liderança incontestável, o aumento da competição econômica internacional e a instabilidade financeira são sintomas de uma transição histórica cujo resultado permanece indeterminado (Wallerstein, 2003).

A discussão acerca da transição hegemônica no sistema internacional ganhou novo impulso nas últimas décadas em razão da ascensão econômica da China e da redistribuição gradual dos centros de poder na economia mundial. O extraordinário crescimento econômico chinês, iniciado a partir das reformas de abertura implementadas no final da década de 1970, transformou o país em um dos principais polos industriais, comerciais e tecnológicos do planeta. Essa transformação tem provocado intensos debates na Economia Política Internacional sobre a possibilidade de emergência de uma nova configuração sistêmica, marcada pela redução da centralidade dos Estados Unidos e pela constituição de uma ordem mundial mais multipolar (Arrighi, 2008).

Ao analisar o desenvolvimento asiático e, especialmente, a trajetória chinesa, Arrighi argumenta que a expansão da China representa um fenômeno complexo, que não pode ser interpretado simplesmente como uma repetição dos ciclos hegemônicos anteriores. Para o autor, o modelo chinês combina elementos de mercado com forte coordenação estatal, o que desafia interpretações tradicionais sobre a relação entre capitalismo, Estado e desenvolvimento (Arrighi, 2008). Ainda assim, a possibilidade de uma substituição completa da hegemonia norte-americana pela chinesa permanece objeto de debate, uma vez que a hegemonia mundial envolve não apenas superioridade econômica, mas também liderança financeira, militar, tecnológica e capacidade de construção de consenso internacional.

Na perspectiva de Wallerstein, os períodos de crise estrutural são caracterizados pela existência de uma bifurcação histórica, isto é, momentos em que o sistema perde sua capacidade de retornar ao equilíbrio anterior e passa a caminhar em direção a uma nova configuração. Diferentemente das crises cíclicas, as crises estruturais são momentos de grande incerteza, nos quais o futuro não está previamente determinado. As disputas entre diferentes grupos sociais, Estados, corporações e movimentos políticos tornam-se decisivas para definir quais princípios orientarão o sistema que emergirá após a crise (Wallerstein, 2011).

Essa interpretação permite compreender que a atual fase do capitalismo é marcada por uma combinação de múltiplas crises interligadas. A recorrência de instabilidades financeiras, evidenciada pela crise global de 2008, demonstrou os limites de um modelo de acumulação fortemente orientado pela expansão do capital financeiro e pela crescente desregulamentação dos mercados. A crise financeira internacional revelou a elevada interdependência da economia global e a capacidade das turbulências originadas nos principais centros financeiros de se propagarem rapidamente por todo o sistema econômico mundial (Harvey, 2011).

David Harvey argumenta que o capitalismo possui uma extraordinária capacidade de reorganização espacial e institucional diante de suas próprias contradições. Por meio do que denomina “ajuste espacial” (*spatial fix*), o capital busca superar temporariamente suas crises mediante a abertura de novos mercados, a transferência de atividades produtivas para regiões de menor custo, a incorporação de novas tecnologias e a expansão de processos de mercantilização. En-

tretanto, essas soluções frequentemente apenas deslocam as contradições para outras escalas geográficas e temporais, criando condições para novas crises futuras (Harvey, 2005).

Outro aspecto fundamental da crise contemporânea do capitalismo refere-se aos limites ambientais impostos ao modelo de acumulação baseado no crescimento econômico permanente. A expansão contínua da produção e do consumo tem provocado o aumento da exploração dos recursos naturais, a intensificação da degradação ambiental e o agravamento das mudanças climáticas. Nesse sentido, autores ligados à ecologia política e à crítica do capitalismo contemporâneo argumentam que a crise ambiental não pode ser compreendida como um problema isolado, mas como uma expressão das próprias contradições do sistema de produção voltado à acumulação ilimitada de capital (Foster, 2005; Moore, 2015).

A abordagem da ecologia-mundo proposta por Jason W. Moore amplia a perspectiva dos sistemas-mundo ao defender que o capitalismo deve ser analisado como uma forma histórica específica de organização das relações entre sociedade e natureza. Segundo essa interpretação, a expansão capitalista sempre dependeu da apropriação de trabalho humano e de recursos naturais a baixo custo, sendo a atual crise ecológica uma consequência direta do esgotamento dessas estratégias históricas de expansão (Moore, 2015).

Além dos desafios econômicos e ambientais, a crise estrutural do capitalismo também possui dimensões sociais e políticas. O crescimento das desigualdades de renda e riqueza, a precarização das relações de trabalho, os movimentos migratórios em larga escala e o fortalecimento de discursos nacionalistas e autoritários em diferentes regiões do mundo evidenciam tensões decorrentes das transformações promovidas pela globalização neoliberal. Conforme demonstrado por Piketty, a concentração de riqueza constitui uma característica persistente do capitalismo, especialmente quando as taxas de retorno do capital superam o crescimento da economia, aprofundando assimetrias sociais e comprometendo a estabilidade das democracias contemporâneas (Piketty, 2014).

Diante dessas transformações, o debate sobre o futuro da economia-mundo capitalista permanece aberto. Alguns autores defendem que o capitalismo possui capacidade histórica de adaptação e continuará a reorganizar suas instituições, tecnologias e formas de acumulação. Outros argumentam que as contradições econômicas, sociais, ambientais e geopolíticas atuais indicam a aproximação de um período de transição histórica mais profunda, capaz de produzir formas alternativas de organização social e econômica (Wallerstein, 2011).

Nesse sentido, a teoria dos sistemas-mundo oferece uma contribuição significativa para a compreensão das transformações contemporâneas ao demonstrar que os sistemas sociais possuem uma trajetória histórica de formação, expansão, crise e eventual substituição por novas estruturas. Sua principal contribuição está em deslocar a análise das crises econômicas isoladas para uma perspectiva histórica de longa duração, evidenciando a relação entre acumulação de capital, disputa hegemônica e reorganização das estruturas globais de poder.



## Capítulo 4

# **ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS- MUNDO: PRINCIPAIS CATEGORIAS ANALÍTICAS E PARADIGMÁTICAS**



A Teoria dos Sistemas-Mundo representa uma das mais influentes abordagens da Economia Política contemporânea ao propor uma interpretação histórica e estrutural do capitalismo em escala global. Seu diferencial analítico consiste em deslocar o foco da análise das unidades nacionais isoladas para a compreensão da economia-mundo capitalista como uma totalidade histórica articulada por relações assimétricas de produção, troca, poder e dominação. Nesse sentido, este capítulo dedica-se à análise das principais categorias conceituais que fundamentam esse paradigma, evidenciando como a dinâmica da acumulação capitalista produz uma estrutura hierárquica e desigual entre diferentes regiões do sistema mundial.

Inicialmente, serão examinadas categorias centrais da abordagem dos sistemas-mundo, tais como a acumulação de capital em escala global, a divisão internacional do trabalho, a relação entre centro, semiperiferia e periferia, os mecanismos de troca desigual e as diferentes formas de dependência econômica. Essas categorias possibilitam compreender como a expansão histórica do capitalismo esteve associada à formação de uma ordem internacional marcada pela concentração de riqueza, tecnologia e poder político em determinadas regiões, enquanto outras permanecem inseridas em posições subordinadas dentro da estrutura sistêmica.

Por fim, o capítulo abordará as dimensões políticas, sociais e geopolíticas da economia-mundo capitalista, considerando a atuação dos Estados, as disputas hegemônicas, os processos de exploração do trabalho, as formas de imperialismo e os padrões de desenvolvimento desigual que caracterizam a trajetória do sistema moderno. A análise dessas categorias permitirá compreender não apenas os mecanismos de reprodução do capitalismo histórico, mas também a atualidade do paradigma dos sistemas-mundo como instrumento teórico para interpretar as transformações e contradições da ordem global contemporânea.

## ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM ESCALA GLOBAL

A compreensão clássica da acumulação capitalista encontra suas bases nas contribuições dos economistas políticos dos séculos XVIII e XIX. Adam Smith compreendia a acumulação como resultado da poupança e do reinvestimento dos lucros produtivos, considerando-a fundamental para a ampliação da divisão do trabalho, para o aumento da produtividade e para a expansão da riqueza das nações (Smith, 1996). Na perspectiva smithiana, o crescimento econômico estava relacionado à capacidade dos agentes econômicos de investir capital em atividades produtivas, promovendo uma dinâmica de desenvolvimento baseada na especialização do trabalho e no crescimento dos mercados.

David Ricardo aprofundou o debate ao analisar as relações entre lucros, salários e renda da terra como fatores determinantes da acumulação capitalista. Para Ricardo, a continuidade da expansão econômica dependia da manutenção dos lucros, pois estes constituíam a principal fonte de investimento e crescimento do capital produtivo (Ricardo, 1982). Apesar da relevância dessas interpretações, a Economia Política clássica apresentava limites ao tratar a acumulação predominantemente como um fenômeno econômico associado à produção de riqueza, sem aprofundar suficientemente as relações sociais e os conflitos que permeiam o processo de expansão capitalista.

A crítica mais profunda ao conceito de acumulação foi desenvolvida por Karl Marx, que deslocou a análise da esfera da circulação e da troca para as relações sociais de produção. Para Marx, o capitalismo caracteriza-se pela transformação da força de trabalho em mercadoria e pela apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores, constituindo o mecanismo fundamental de acumulação do capital. A reprodução ampliada do capital ocorre por meio da reinversão do excedente extraído do trabalho, possibilitando a concentração da riqueza e a ampliação da capacidade produtiva dos proprietários dos meios de produção (Marx, 2013).

Na perspectiva marxiana, a acumulação de capital possui um caráter intrinsecamente expansivo e contraditório. O capital necessita constantemente ampliar seus espaços de valorização, incorporando novos mercados, recursos naturais e força de trabalho. Esse movimento produz simultaneamente crescimento econômico e aprofundamento das desigualdades sociais, uma vez que a concentração de capital em determinados grupos e regiões ocorre paralelamente à exploração do trabalho e à marginalização de setores sociais menos favorecidos. Assim, a dinâmica de acumulação não deve ser compreendida apenas como um processo econômico, mas como uma relação histórica de poder que reorganiza continuamente as estruturas sociais e territoriais (Marx, 2013).

A expansão da acumulação para além das fronteiras nacionais tornou-se uma característica fundamental do capitalismo moderno. O processo de colonização europeia, a expansão do comércio internacional e a formação de mercados globais entre os séculos XVI e XIX constituíram momentos decisivos para a internacionalização do capital. A acumulação primitiva, descrita por Marx como o processo histórico de separação dos produtores diretos de seus meios de produção, esteve profundamente associada à exploração colonial, à expropriação de terras e à incorporação de regiões periféricas à economia mundial (Marx, 2013).

Esse caráter histórico e geograficamente desigual da acumulação foi amplamente explorado pela Teoria dos Sistemas-Mundo. Immanuel Wallerstein argumenta que o capitalismo não deve ser compreendido como a soma de economias nacionais independentes, mas como uma economia-mundo integrada por uma divisão internacional do trabalho na qual diferentes regiões ocupam posições hierárquicas de centro, semiperiferia e periferia (Wallerstein, 2004). Nesse sistema, a acumulação de capital ocorre de forma desigual, permitindo que as regiões centrais concentrem atividades de maior valor agregado, tecnologia avançada e maior poder político, enquanto as regiões periféricas são frequentemente especializadas em atividades de menor rentabilidade e mais dependentes das demandas externas.

A perspectiva dos sistemas-mundo demonstra que a acumulação em escala global está diretamente vinculada às relações de troca desigual entre diferentes áreas do sistema capitalista. Samir Amin argumenta que o desenvolvimento das economias centrais historicamente ocorreu mediante mecanismos de transferência de valor provenientes das regiões periféricas, estabelecendo uma estrutura de dependência que reproduz assimetrias econômicas internacionais (Amin, 1976). Da mesma maneira, André Gunder Frank enfatiza que o subdesenvolvimento não representa uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição historicamente produzida pela própria expansão do capitalismo mundial e pelas relações de exploração entre metrópoles e satélites (Frank, 1976).

Ao analisar a dinâmica histórica do capitalismo global, Giovanni Arrighi

acrescenta uma dimensão temporal ao estudo da acumulação ao demonstrar que o sistema capitalista passa por ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais diferentes potências hegemônicas assumem a liderança da economia mundial em determinados períodos históricos. Segundo o autor, os ciclos liderados por cidades-Estado italianas, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos revelam que a expansão capitalista ocorre mediante alternâncias entre fases de expansão produtiva e momentos de predominância financeira (Arrighi, 1996). A crescente financeirização da economia mundial nas últimas décadas representa, nessa interpretação, uma manifestação das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo.

A partir do final do século XX, a globalização intensificou significativamente os mecanismos de acumulação em escala mundial. O desenvolvimento das tecnologias da informação, a liberalização dos mercados financeiros, a expansão das corporações transnacionais e a formação de complexas cadeias globais de produção alteraram profundamente as formas de organização do capital. As grandes empresas passaram a fragmentar seus processos produtivos internacionalmente, buscando reduzir custos de produção e explorar diferenças salariais, tributárias e regulatórias entre diversos países (Harvey, 2011).

David Harvey destaca que o capitalismo contemporâneo desenvolveu novas formas de acumulação por espoliação, caracterizadas pela privatização de bens públicos, pela mercantilização de recursos naturais, pela expansão da propriedade intelectual e pela transferência de ativos coletivos para o controle privado (Harvey, 2004). Tais processos demonstram que a acumulação capitalista continua dependendo da incorporação permanente de novos espaços econômicos e sociais à lógica da valorização do capital, reproduzindo mecanismos históricos de desigualdade e exclusão.

A ascensão das cadeias globais de valor também modificou a configuração da acumulação contemporânea. Segundo Gereffi, Humphrey e Sturgeon, a organização internacional da produção passou a ser estruturada por redes empresariais complexas, nas quais empresas líderes controlam segmentos estratégicos de design, tecnologia e comercialização, enquanto atividades intensivas em trabalho são deslocadas para países com menores custos produtivos (Gereffi; Humphrey; Sturgeon, 2005). Essa divisão internacional da produção evidencia a permanência de hierarquias econômicas globais, embora novos atores semiperiféricos tenham conquistado maior capacidade de participação nos mercados internacionais.

No século XXI, a acumulação de capital em escala global encontra-se diante de novos desafios relacionados às crises econômicas recorrentes, às disputas geopolíticas entre grandes potências, às transformações tecnológicas e à emergência da crise ambiental. A crise financeira internacional de 2008 evidenciou os riscos associados à elevada integração dos mercados financeiros e à predominância da lógica especulativa sobre a economia produtiva (Stiglitz, 2010). Paralelamente, o crescimento econômico de países asiáticos, especialmente da China, vem alterando parcialmente a distribuição do poder econômico mundial, provocando novos debates sobre possíveis mudanças na estrutura hierárquica do sistema capitalista global (Arrighi, 2008).

Nesse contexto, a acumulação de capital permanece como uma categoria fundamental para compreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo. A

análise proposta pela Economia Política dos Sistemas-Mundo demonstra que a expansão do capital não ocorre de maneira homogênea ou equilibrada, mas por meio de relações históricas de poder, dependência e desigualdade que conectam diferentes regiões do planeta. Assim, o estudo da acumulação em escala global permite compreender como as transformações econômicas, tecnológicas e geopolíticas do presente estão inseridas em uma longa trajetória histórica de expansão e reorganização do capitalismo mundial.

## **RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E DOMINAÇÃO, ESTADO, SOBERANIA E SISTEMA INTERESTATAL**

A noção de dependência surge como uma crítica às teorias desenvolvimentistas que predominavam especialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. As abordagens da modernização defendiam que todas as sociedades poderiam alcançar níveis elevados de desenvolvimento seguindo etapas semelhantes de industrialização, racionalização econômica e modernização institucional. Contudo, a persistência da pobreza, da vulnerabilidade econômica e da subordinação política em diversos países da América Latina, África e Ásia demonstrou que o desenvolvimento não poderia ser explicado apenas por fatores internos. A partir dessa constatação, a teoria da dependência passou a argumentar que o subdesenvolvimento não representa uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição historicamente produzida pelas relações de inserção subordinada das economias periféricas no capitalismo internacional (Frank, 1967; Dos Santos, 1978).

Nesse sentido, a dependência é entendida como uma relação estrutural em que a dinâmica econômica de determinadas nações se encontra condicionada pela expansão e pelas necessidades dos centros dominantes do sistema capitalista. Segundo Theotonio Dos Santos, a dependência caracteriza-se por uma situação na qual a economia de alguns países é determinada pelo desenvolvimento e pela expansão de outros países aos quais está subordinada, estabelecendo uma relação de interdependência assimétrica que favorece os polos economicamente mais avançados (Dos Santos, 1978). Tal estrutura manifesta-se por meio de mecanismos diversos, como a especialização produtiva em setores de baixo valor agregado, a dependência tecnológica, a vulnerabilidade financeira e a transferência sistemática de excedentes econômicos das periferias para os centros de acumulação.

A Teoria dos Sistemas-Mundo incorpora e amplia essas formulações ao inserir as relações de dependência em uma perspectiva histórica de longa duração. Para Wallerstein, a economia-mundo capitalista, constituída a partir do longo século XVI, desenvolveu uma divisão internacional do trabalho baseada na concentração de atividades econômicas de maior produtividade e lucratividade nas regiões centrais, enquanto as áreas periféricas foram historicamente direcionadas à produção de matérias-primas e atividades intensivas em trabalho. Essa divisão não representa uma simples diferença econômica entre Estados, mas uma relação estrutural que reproduz desigualdades de poder e permite a contínua transferência de recursos das regiões subordinadas para os centros hegemônicos (Wallerstein, 1974).

A existência dessa estrutura desigual não significa, entretanto, a ausência

de mobilidade dentro do sistema interestatal. A categoria de semiperiferia desenvolvida por Wallerstein representa justamente a existência de Estados que ocupam posições intermediárias, exercendo simultaneamente relações de dominação sobre áreas periféricas e sofrendo pressões das potências centrais. A semiperiferia desempenha um papel fundamental na estabilidade do sistema mundial, uma vez que funciona como espaço de mediação política e econômica, reduzindo a polarização absoluta entre centro e periferia (Wallerstein, 2004). A ascensão histórica de determinados países demonstra que a posição no sistema mundial pode sofrer alterações, embora tais transformações ocorram dentro dos limites estruturais impostos pela lógica de acumulação capitalista.

Nesse contexto, o Estado ocupa uma posição paradoxal dentro da economia-mundo capitalista. Diferentemente de interpretações que entendem o Estado como uma instituição completamente soberana e independente, a perspectiva dos sistemas-mundo argumenta que sua autonomia é condicionada pelas estruturas globais de poder e pelas necessidades da acumulação capitalista. Embora os Estados possuam autoridade jurídica sobre seus territórios e populações, suas decisões econômicas e políticas são frequentemente limitadas pelas pressões do mercado mundial, pelas instituições financeiras internacionais e pela correlação de forças existente no sistema interestatal (Arrighi, 1994).

A concepção moderna de soberania estatal tem suas origens historicamente associadas à consolidação do sistema de Estados europeus após os Tratados de Vestfália de 1648, estabelecendo princípios como integridade territorial, autoridade política interna e reconhecimento jurídico entre unidades políticas independentes. Contudo, a perspectiva da Economia Política Internacional demonstra que a soberania nunca foi exercida de maneira homogênea entre todos os Estados. Desde a formação do capitalismo histórico, as capacidades de intervenção política, militar e econômica sempre estiveram distribuídas de forma desigual, possibilitando que determinados Estados ampliassem sua influência sobre outros por meio da expansão comercial, colonialismo, imperialismo e controle de instituições internacionais (Tilly, 1990; Krasner, 1999).

Nesse aspecto, o sistema interestatal deve ser compreendido como uma dimensão inseparável da própria estrutura da economia-mundo capitalista. Wallerstein argumenta que o capitalismo histórico depende da coexistência de múltiplos Estados soberanos, pois essa fragmentação política permite a existência de diferentes legislações, regimes de trabalho, políticas tributárias e formas de controle social, criando condições favoráveis à expansão e à acumulação de capital. Ao mesmo tempo, a competição entre Estados pela atração de investimentos, pelo controle de mercados e pela superioridade geopolítica torna-se um elemento permanente da dinâmica do sistema mundial (Wallerstein, 2011).

A relação entre poder econômico e poder estatal também é fundamental para compreender os ciclos de hegemonia no sistema mundial. Segundo Giovanni Arrighi, o desenvolvimento do capitalismo ocorreu por meio de sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação nos quais determinados Estados conseguiram combinar superioridade econômica, capacidade militar e influência política internacional. As hegemonias históricas das Províncias Unidas no século XVII, do Reino Unido no século XIX e dos Estados Unidos no século XX representam momentos em que uma potência central conseguiu organizar temporariamente a ordem internacional conforme seus interesses econômicos e estratégicos (Arrighi, 1994).

A dominação exercida pelos Estados centrais não se limita ao uso da força militar ou à ocupação territorial direta, como ocorreu durante o período colonial. No capitalismo contemporâneo, os mecanismos de dominação tornaram-se mais complexos e frequentemente operam por meio de instrumentos econômicos, financeiros, tecnológicos e institucionais. Organismos internacionais, fluxos globais de capitais, propriedade intelectual, controle tecnológico e cadeias globais de produção constituem mecanismos por meio dos quais as desigualdades entre centro e periferia são continuamente reproduzidas (Harvey, 2005; Amin, 2011).

Além disso, o processo contemporâneo de globalização não eliminou a importância dos Estados nacionais, como previam algumas interpretações mais otimistas acerca de uma suposta era pós-estatal. Pelo contrário, os Estados continuam desempenhando funções essenciais na proteção de mercados nacionais, na criação de condições institucionais para a acumulação de capital e na disputa por posições estratégicas na economia mundial. Entretanto, a globalização ampliou os desafios relacionados à autonomia dos Estados periféricos e semiperiféricos, especialmente diante da crescente influência de corporações transnacionais e instituições financeiras internacionais (Sassen, 2006).

As transformações recentes do sistema mundial, incluindo a ascensão econômica da China, as disputas tecnológicas entre grandes potências, as crises financeiras internacionais e os desafios ambientais globais, demonstram que as relações de dependência e dominação continuam sendo elementos fundamentais para compreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Ainda que novas configurações de poder tenham emergido nas últimas décadas, as assimetrias estruturais entre os diferentes espaços da economia mundial permanecem como características centrais do sistema capitalista (Arrighi, 2008).

## **O PARADIGMA DOS SISTEMAS-MUNDO E A COMPREENSÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E GLOBALIZAÇÃO**

A compreensão das transformações do capitalismo contemporâneo constitui uma das principais contribuições do paradigma dos sistemas-mundo, sobretudo por sua capacidade de interpretar os processos econômicos globais a partir de uma perspectiva histórica, estrutural e relacional. Diferentemente das abordagens convencionais que analisam o desenvolvimento econômico a partir da realidade interna dos Estados nacionais, a perspectiva proposta por Immanuel Wallerstein parte da premissa de que o capitalismo deve ser compreendido como uma economia-mundo historicamente constituída, organizada por uma divisão internacional do trabalho que estabelece relações desiguais entre regiões centrais, semiperiféricas e periféricas (Wallerstein, 2004). Sob essa ótica, fenômenos como a globalização, a reestruturação produtiva, a expansão das cadeias transnacionais de produção e as transformações tecnológicas não representam uma ruptura com o sistema capitalista, mas sim novos mecanismos de reprodução e reorganização de suas estruturas fundamentais.

A emergência da globalização contemporânea, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, intensificou os fluxos internacionais de capital, tecnologia, informação e mercadorias, ampliando significativamente o grau de interdependência entre as economias nacionais. No entanto, para a abordagem dos

sistemas-mundo, a globalização não deve ser interpretada como um processo de homogeneização econômica capaz de reduzir as desigualdades internacionais, mas como uma nova etapa da expansão histórica do capitalismo mundial. Nesse sentido, a crescente integração econômica ocorre simultaneamente à manutenção de relações hierárquicas entre regiões que concentram inovação tecnológica, controle financeiro e capacidade política, e outras que permanecem especializadas em atividades de menor valor agregado (Arrighi, 1994; Wallerstein, 2011).

Essa interpretação contrapõe-se às perspectivas liberais que compreendem a globalização como resultado natural da expansão dos mercados e da crescente liberdade de circulação de bens e capitais. Autores vinculados à Economia Política crítica argumentam que o processo de mundialização econômica ocorreu acompanhado pela consolidação de novas formas de dependência, pela intensificação da competição internacional e pela ampliação das assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Amin, 1976; Harvey, 2005). Assim, o capitalismo global contemporâneo deve ser analisado não apenas como uma rede de trocas econômicas, mas como uma estrutura de poder em que os agentes econômicos localizados no centro do sistema possuem maior capacidade de controlar os processos de acumulação e determinar as regras do mercado internacional.

A partir da crise estrutural do modelo fordista de produção ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, o capitalismo passou por um amplo processo de reestruturação produtiva caracterizado pela flexibilização das relações de trabalho, pela descentralização da produção, pela incorporação intensiva de novas tecnologias e pela reorganização espacial das atividades industriais. O modelo de produção em massa, baseado em grandes unidades industriais verticalmente integradas, cedeu espaço a formas mais flexíveis de organização produtiva, marcadas pela terceirização, pela fragmentação das cadeias produtivas e pela busca de redução dos custos de produção (Harvey, 1992).

A chamada acumulação flexível, conceito desenvolvido por David Harvey, representa uma nova configuração do capitalismo marcada pela capacidade do capital de adaptar-se rapidamente às mudanças nos mercados globais. A revolução tecnológica nos campos da informática, das telecomunicações e da automação permitiu às grandes corporações transnacionais dispersar suas atividades produtivas em diferentes regiões do planeta, selecionando territórios conforme vantagens específicas, como menores custos trabalhistas, incentivos fiscais e disponibilidade de recursos naturais (Harvey, 1992). Essa nova geografia da produção intensificou a integração econômica mundial, ao mesmo tempo em que aprofundou as desigualdades existentes entre diferentes espaços da economia global.

Sob a perspectiva dos sistemas-mundo, essa fragmentação internacional da produção corresponde a uma reconfiguração das formas pelas quais o centro mantém sua posição dominante na economia mundial. As economias centrais continuam concentrando as atividades relacionadas à inovação tecnológica, pesquisa científica, serviços financeiros e controle das grandes corporações, enquanto diversas regiões periféricas permanecem inseridas principalmente em atividades industriais de baixa complexidade tecnológica ou na exportação de produtos primários. A existência das zonas semiperiféricas, por sua vez, revela a natureza dinâmica do sistema, pois determinados países podem ascender ou declinar em sua posição relativa dentro da hierarquia global, sem que isso neces-

sariamente implique a superação das desigualdades estruturais do capitalismo mundial (Wallerstein, 2004).

Nesse debate, Giovanni Arrighi destacou que as mudanças nos centros de poder econômico mundial estão associadas a ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais períodos de expansão material são seguidos por fases de crescente predominância financeira. Para o autor, a ascensão e o declínio das potências hegemônicas constituem características históricas do capitalismo, sendo possível observar sucessivas lideranças econômicas, como as cidades-estados italianas, os Países Baixos, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos (Arrighi, 1994). Na contemporaneidade, a ascensão econômica da Ásia, especialmente da China, representa um dos fenômenos mais relevantes para a análise das possíveis transformações na estrutura do sistema-mundo, embora não signifique necessariamente o fim das lógicas de acumulação capitalista.

A expansão das cadeias globais de valor constitui outro elemento central para compreender a reorganização produtiva contemporânea. As grandes empresas transnacionais passaram a controlar redes produtivas espalhadas por diferentes países, distribuindo etapas de produção conforme estratégias econômicas específicas. Embora esse processo tenha permitido a industrialização de determinadas regiões periféricas e semiperiféricas, o controle das etapas de maior valor agregado — como design, inovação tecnológica, propriedade intelectual e gestão financeira — permanece predominantemente concentrado nos países centrais (Gereffi; Humphrey; Sturgeon, 2005). Essa dinâmica demonstra que a inserção nas redes globais de produção não elimina automaticamente as relações de dependência, podendo inclusive reproduzir novas modalidades de subordinação econômica.

A partir da liberalização dos mercados financeiros e do avanço das tecnologias de comunicação, o capital financeiro adquiriu maior mobilidade e influência sobre as decisões econômicas globais. Esse processo ampliou o poder dos grandes conglomerados financeiros e aumentou a vulnerabilidade das economias nacionais às crises internacionais, como demonstrado pela crise financeira de 2008. Para autores críticos, a predominância das finanças representa uma fase avançada da lógica de acumulação capitalista, na qual a busca por rentabilidade financeira muitas vezes supera os investimentos produtivos e aprofunda instabilidades econômicas e sociais (Chesnais, 1996; Harvey, 2005).

A análise da globalização sob a ótica dos sistemas-mundo também possibilita compreender que o Estado nacional não desapareceu diante da expansão dos mercados globais. Ao contrário, os Estados continuam exercendo papel decisivo na garantia das condições institucionais necessárias à acumulação capitalista, na proteção dos interesses estratégicos das grandes potências e na administração dos conflitos sociais internos. Conforme destaca Wallerstein (2004), o capitalismo histórico sempre dependeu da existência de um sistema interestatal capaz de organizar politicamente as relações entre as diferentes unidades que compõem a economia-mundo.

Além das transformações econômicas, o capitalismo contemporâneo enfrenta desafios relacionados à intensificação das desigualdades sociais, às crises ambientais e aos limites da própria expansão capitalista. A exploração intensiva dos recursos naturais, as mudanças climáticas e a crescente concentração de renda colocam em evidência as contradições estruturais de um sistema orienta-

do pela acumulação ilimitada de capital. Nesse sentido, autores como Wallerstein (2011) argumentam que o sistema-mundo capitalista atravessa uma crise estrutural de longa duração, caracterizada pela instabilidade econômica, pelo aumento das tensões geopolíticas e pela crescente incerteza em relação às configurações futuras da ordem mundial.

Portanto, o paradigma dos sistemas-mundo permanece como uma importante ferramenta analítica para interpretar a reestruturação produtiva e a globalização no contexto do capitalismo contemporâneo. Sua principal contribuição consiste em demonstrar que as transformações tecnológicas, organizacionais e econômicas das últimas décadas não eliminaram as desigualdades estruturais que caracterizam a economia mundial, mas frequentemente produziram novas formas de concentração de poder e riqueza.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta monografia permitiu compreender que a Economia Política dos Sistemas-Mundo representa um dos mais relevantes paradigmas teóricos para a interpretação das dinâmicas históricas do capitalismo e das relações de poder estabelecidas em escala global. Ao deslocar a unidade de análise do Estado-nação para a totalidade do sistema capitalista mundial, a abordagem formulada por Immanuel Wallerstein promove uma ruptura com perspectivas tradicionais do desenvolvimento econômico que concebiam os países como unidades isoladas e capazes de percorrer trajetórias semelhantes de progresso. Em oposição a essa visão linear, a perspectiva dos sistemas-mundo demonstra que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos historicamente interdependentes, produzidos por uma estrutura global marcada por relações assimétricas de acumulação, dominação e dependência.

O percurso teórico realizado evidenciou que as bases intelectuais da Teoria dos Sistemas-Mundo estão profundamente vinculadas às contribuições da Economia Política clássica, da crítica marxista da economia política, da teoria da dependência latino-americana e da tradição historiográfica da longa duração. A partir dessas influências, Wallerstein elaborou uma interpretação histórica do capitalismo como uma economia-mundo surgida na Europa durante o longo século XVI e consolidada por meio da expansão comercial, da colonização e da constituição de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada. Essa estrutura organizou o sistema em zonas centrais, semiperiféricas e periféricas, nas quais a distribuição desigual de recursos, tecnologia, poder político e capacidade de acumulação constitui uma característica inerente à própria reprodução do capitalismo histórico.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que uma das maiores contribuições do paradigma dos sistemas-mundo reside em sua capacidade de articular economia, política, história e geografia em uma interpretação integrada das transformações globais. Diferentemente de abordagens que reduzem os fenômenos econômicos a mecanismos puramente mercadológicos, essa perspectiva evidencia que os processos de acumulação capitalista estão permanentemente relacionados às disputas de poder entre Estados, grupos econômicos e diferentes atores sociais. Dessa maneira, a análise dos ciclos de expansão e crise do capitalismo, das mudanças hegemônicas e das transformações da divisão internacional do trabalho revela que a economia mundial é um espaço de constantes disputas e reconfigurações, embora permaneça estruturada por desigualdades persistentes.

Nesse contexto, a globalização e a reestruturação produtiva ocorridas especialmente a partir da segunda metade do século XX demonstraram a capacidade de adaptação do capitalismo diante de suas crises estruturais. A flexibilização dos modelos de produção, a fragmentação das cadeias produtivas, o avanço das corporações transnacionais, a intensificação dos fluxos financeiros e a incorporação acelerada de novas tecnologias alteraram significativamente a organização da economia mundial. Entretanto, conforme demonstrado pela perspectiva dos sistemas-mundo, essas mudanças não representaram o desaparecimento das hierarquias históricas entre centro e periferia, mas a criação de novas formas de integração subordinada e de concentração do poder econômico em escala global.

Também se observou que as transformações contemporâneas, como a ascensão de novas potências econômicas, especialmente países asiáticos, a expansão das cadeias globais de valor e o crescimento da economia digital, impõem novos desafios à interpretação do sistema capitalista mundial. A emergência de

atores econômicos capazes de disputar espaços anteriormente ocupados pelas potências tradicionais demonstra que a estrutura do sistema-mundo possui certo grau de dinamismo e possibilidade de reorganização. Contudo, tais mudanças não significam necessariamente a superação das relações de desigualdade, uma vez que a lógica da acumulação de capital continua sendo o elemento estruturador das relações econômicas globais.

Apesar de sua reconhecida importância teórica, a Teoria dos Sistemas-Mundo também apresenta limitações que foram amplamente debatidas no decorrer deste estudo. As críticas dirigidas ao paradigma destacam, principalmente, sua tendência ao estruturalismo excessivo e ao determinismo histórico, o que pode reduzir a capacidade de compreender a atuação dos sujeitos sociais, dos movimentos políticos, das particularidades culturais e das especificidades locais. Além disso, abordagens pós-coloniais e decoloniais argumentam que, embora a teoria tenha contribuído significativamente para evidenciar as desigualdades produzidas pela expansão capitalista, ainda existem aspectos relacionados à colonialidade, às identidades culturais e às formas plurais de resistência que necessitam de maior aprofundamento analítico.

Todavia, as limitações identificadas não diminuem a relevância científica da abordagem dos sistemas-mundo. Pelo contrário, revelam a necessidade de constante atualização e diálogo com outras correntes das ciências sociais, permitindo que o paradigma permaneça capaz de interpretar fenômenos emergentes do século XXI, como a reorganização geopolítica internacional, as crises ambientais, as desigualdades produzidas pelo capitalismo digital, os processos migratórios globais e as novas disputas pelo controle de recursos estratégicos. A flexibilidade analítica proporcionada pela incorporação de novos debates pode ampliar o potencial explicativo da teoria diante das profundas mudanças que caracterizam a contemporaneidade.

Conclui-se, portanto, que a Economia Política dos Sistemas-Mundo permanece como um instrumento teórico de elevada relevância para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Sua principal contribuição consiste em demonstrar que os fenômenos econômicos não podem ser analisados de forma isolada, desvinculados das relações históricas de poder que estruturam a sociedade internacional. Ao evidenciar que a riqueza e o desenvolvimento de determinadas regiões estão associados a processos históricos de exploração, dependência e desigualdade em escala mundial, esse paradigma oferece uma interpretação crítica e abrangente da ordem capitalista. Assim, embora demande atualizações e diálogo com novas perspectivas teóricas, a abordagem dos sistemas-mundo continua sendo fundamental para compreender os desafios, contradições e possibilidades de transformação da economia política global no século XXI.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2004.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- AMIN, Samir. *A acumulação em escala mundial: crítica da teoria do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- AMIN, Samir. *Capitalism in the Age of Globalization: The Management of Contemporary Society*. Londres: Zed Books, 1997.
- ARISTÓTELES. *Política*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BACKHOUSE, Roger E. *História da economia mundial*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BLAUG, Mark. *Teoria econômica em retrospectiva*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, Londres, n. 104, p. 25-92, 1977.
- BRYNJOLFSSON, Erik; MCAFEE, Andrew. *The second machine age*. New York: W. W. Norton, 2014.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHASE-DUNN, Christopher; HALL, Thomas D. *Rise and Demise: Comparing World-Systems*. Boulder: Westview Press, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo e dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- EVANS, Peter. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- FERREIRA, Leonardo Antonio Silvano; COLTRO, Fábio Luiz Zanardi. Uma leitura do conceito de capitalismo na longa duração: as contribuições de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. *Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho*, Presidente Prudente, v. 22, n. 1, p. 53-77, 2021.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, John Bellamy. *The return of nature: socialism and ecology*. New York: Monthly Review Press, 2020.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- FRANK, André Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.
- GEREFFI, Gary. *Global value chains and development: redefining the contours of 21st century capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, Londres, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.
- GILPIN, Robert. *Global Political Economy: understanding the international economic order*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GOLDFRANK, Walter L. Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method. *Journal of World-Systems Research*, v. 6, n. 2, p. 150-195, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- GRAZZIOTIN, Henrique de Abreu. O processo histórico de formação do sistema-mundo capitalista e a sua dinâmica: uma interpretação a partir de Braudel, Marx, Arrighi e Wallerstein. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 34, n. 1, p. 307-327, 2019.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HECKSCHER, Eli F. *O sistema mercantilista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HEILBRONER, Robert L. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HELD, David et al. *Global transformations: politics, economics and culture*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and interdependence*. 4. ed. New York: Long-

man, 2012.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KRASNER, Stephen D. Sovereignty: organized hypocrisy. Princeton: Princeton University Press, 1999.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEADOWS, Donella et al. Limites do crescimento: a atualização de 30 anos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MIGNOLO, Walter D. *The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press, 2011.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MILL, John Stuart. Princípios de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Londres: Verso, 2015.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PATERSON, Matthew. *Global warming and global politics*. London: Routledge, 2009.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

QUESNAY, François. Quadro econômico: análise das variações do rendimento de uma nação. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RASMUSSEN, Dennis C. The Infidel and the Professor: David Hume, Adam Smith, and the Friendship That Shaped Modern Thought. Princeton: Princeton University Press, 2017.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. História, tempo e política na longa duração: considerações críticas ao redor de Escritos sobre a História e Gramática das Civilizações, de Fernand Braudel. *Revista Continentes*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 70-95, 2013.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBINSON, William I. Global capitalism and the crisis of humanity. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

- ROBINSON, William I. *Global Capitalism and the Crisis of Humanity*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- ROSTOW, Walt Whitman. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SASSEN, Saskia. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *An Outline of the History of Economic Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.
- SKOCPOL, Theda. Wallerstein's World Capitalist System: A theoretical and historical critique. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 82, n. 5, p. 1075-1090, 1977.
- SKOUSEN, Mark. *The Making of Modern Economics*. New York: M. E. Sharpe, 2001.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- STIGLITZ, Joseph E. *Globalização: como dar certo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- STRANGE, Susan. *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- TILLY, Charles. *Coercion, capital and European states: AD 990–1990*. Cambridge: Blackwell, 1990.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Unthinking Social Science: The Limits of Nineteenth-Century Paradigms*. Philadelphia: Temple University Press, 1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel (org.). *Open the Social Sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Decline of American Power: The U.S. in a Chaotic World*. New York: The New Press, 2003.
- WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Acumulação de capital, 64, 70-72, 75-78

Adam Smith, 17-18, 20-21, 29

América Latina, 19, 24

Arrighi, Giovanni, 32, 82

## B

Braudel, Fernand, 14, 39-40, 82

## C

Capitalismo contemporâneo, 20, 25-32, 75-78, 79-81

Centro (economia-mundo), 61-63, 66-68

China, 28, 32

Comércio internacional, 18, 22, 29

Crise estrutural, 64-68, 78-80

## D

Dependência econômica, 13-14, 42-46, 73-75

Desenvolvimento desigual, 25, 42-46, 61-63

Divisão internacional do trabalho, 20, 61-63, 70-72

## E

Economia Política, 12, 16-32, 70-78

Economia Política Clássica, 20-25

Economia Política Internacional, 28-32

Economia-mundo capitalista, 59-63, 70-72

Estado, 28-30, 73-74

## **F**

Financeirização, 26-28

## **G**

Globalização, 13, 25-32, 75-78

## **H**

Hegemonia, 64-68, 78-80

## **I**

Immanuel Wallerstein, 12-14, 20, 50-68, 79-80

## **L**

Longa duração, 47-49

Liberalismo econômico, 18, 27

## **M**

Marx, Karl, 19, 24, 29

Marxismo, 20, 24, 40-41

Mercantilismo, 17-18

Modernidade, 17-18

## **N**

Neoliberalismo, 27-28

## **P**

Paradigma dos Sistemas-Mundo, 33-49, 70-80

Periferia, 61-63, 66-68

Poder internacional, 28-32

## **R**

Relações internacionais, 13, 28-32

Relações de dependência, 42-46, 73-75

Reestruturação produtiva, 25-28, 75-78

## **S**

Semiperiferia, 61-63

Sistema interestatal, 73-74

Sistemas-Mundo, 20, 33-80

Soberania, 73-74

## **T**

Teoria da Dependência, 19, 42-46

Teoria dos Sistemas-Mundo, 12-14, 50-68, 79-80

Thomas Malthus, 17, 22-23

## **W**

Wallerstein, Immanuel, 12-14, 20, 50-68, 79-80



***Economia Política dos Sistemas-Mundo: paradigma em análise*** apresenta uma reflexão crítica sobre a teoria dos sistemas-mundo e sua contribuição para a compreensão do capitalismo global contemporâneo. A obra examina as origens da Economia Política, as influências da teoria da dependência e o pensamento de Immanuel Wallerstein, explorando conceitos como centro, semiperiferia, periferia, globalização e acumulação de capital. Com abordagem analítica e interdisciplinar, o livro oferece importantes subsídios para compreender as desigualdades internacionais, as transformações do sistema capitalista e os desafios econômicos e políticos do século XXI.

ISBN 978-65-84364-41-7

